

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 029

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Marcos Isfer*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
26 DE MARÇO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Ângelo Vanhoni.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 009/2002

Curitiba, 26 de março de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, em conformidade com o preceito contido no artigo 66, inciso I, da Carta Estadual,

encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar as tabelas de vencimentos dos docentes e técnicos - administrativos das instituições estaduais de Ensino Superior - Anexos I e IV, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

O plano de lei em causa decorre de proposta formulada pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através do protocolado sob nº 5.057.845-3/2002/SETI, no qual o titular daquela Pasta esclarece, textualmente, o seguinte:

“Encaminho a V. Exa., para obséquio das providências necessárias, minuta do projeto de lei que trata das alterações das tabelas de vencimentos dos docentes e técnicos - administrativos das instituições estaduais de Ensino Superior - Anexos I e IV da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

A referida minuta foi elaborada a partir da proposta apresentada pelas lideranças sindicais das universidades, no limite de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) sobre as despesas com pessoal do exercício de 2001, no valor de R\$287.286.864,30 (duzentos e oitenta e sete milhões, duzentos e oitenta e seus mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos), conforme termo de acordo firmado em 28.02.2002, cuja cópia segue apensada.

A pedido dessa secretaria, as universidades realizaram diversas simulações e provas da folha de pagamento com os dados das novas tabelas, comprovando que os novos valores se enquadram dentro do previsto no termo de Acordo.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**PROPOSTA DE ACORDO PARA ENCERRAMENTO DA GREVE DOS SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ**

- Anunciado oficialmente o final da paralisação, após deliberação das respectivas assembleias, por parte das lideranças do comando de greve, o governo estadual restabelecerá imediatamente o repasse dos recursos financeiros para as universidades estaduais que aderiram à paralisação;

- o Poder Executivo retira o caráter de urgência para a tramitação da Mensagem 004/2002, Projeto de Lei nº 032/2002, possibilitando assim que o mesmo seja amplamente discutido pela comunidade paranaense;

- enquanto as discussões sobre o projeto de autonomia das universidades estaduais avançam, o governo, tomando por base a despesa efetivamente realizada com o pessoal das universidades estaduais, no exercício de 2001, acrescentará em relação a 2001, para 2002, a importância de 35 milhões para fazer frente as despesas

com pessoal; para tanto remanejará, administrativa-mente, e ainda no mês de março, recursos de dotações orçamentárias das próprias universidades estaduais, para a rubrica despesa de pessoal de forma a atender as alterações das tabelas constantes no anexo I e anexo IV da Lei nº 11.703/97;

- fica excluída da base de cálculo para a concessão de benefícios como vale-refeição e vale-transporte, o resultado decorrente do referido remanejamento, que deverá, necessariamente, ser distribuído de modo a compensar, em especial, os servidores com menores salários;

- o Poder Executivo e as lideranças do comando de greve das universidades estaduais, comprometem-se a proceder a extinção das ações judiciais interpostas reciprocamente.

- o governo do Estado não tomará medidas administrativas ou judiciais contra os participantes do movimento grevista das IES em 2001 até fevereiro de 2002, inclusive arquivando os processos administrativos já instaurados.

- o governo do Estado, cumpridas as formalidades legais e dentro de sua esfera de competência, arquivará os processos administrativos instaurados contra os participantes da paralisação das universidades estaduais, ocorrida no ano de 2002.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2002.

(aa) RAMIRO WAHRAFTIG

Secretário de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior

DURVAL AMARAL

Deputado Estadual - Líder do Governo

CESAR ANTONIO CAGGIANO SANTOS

Diretor Presidente do Sindiprol - UEL

LUIZ FERNANDO REIS

Sintoeste - Unioeste - Cascavel

ANA ESTELA CODATO SILVA

Sinteemar - UEM

ROBERTO ANTONIO DEITOS

Sintoeste - Unioeste - Cascavel

HENRIQUE RADOMANSKI

UEM

NELSON MARTINS GARCIA

UEM

MARIA LUCIA FRIZON RIZZOTO

Sintoeste - Unioeste - Cascavel

KENNEDY PIAU FERREIRA

UEL

PATRÍCIA DE CASTRO SANTOS

UEL

MARCOS ROBERTO TEIXEIRA PRIMO

UEM

JOSÉ TARCÍSIO P. TRINDADE

UEM

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam alterados os anexos I e IV da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

§1º - Os vencimentos dos docentes, relativos ao respectivo regime de trabalho, são os constantes do anexo I da presente lei, que refere-se ao anexo I da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

§ 2º - Os vencimentos das funções dos servidores técnico-administrativos, são os constantes do anexo II da presente lei, que refere-se ao anexo IV da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

Art. 2º - Ficam assegurados os benefícios do vale-transporte e do auxílio-alimentação aos servidores que, na data da promulgação desta lei, já recebem esses benefícios, independentemente da alteração do anexo IV da Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar ou remanejar dotações orçamentárias para possibilitar a execução da presente lei, inclusive por meio de decreto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2002, revogadas as disposições em contrário.

## ANEXO I

(Referente ao Anexo I da Lei nº 11.713 de 07 de Maio de 1997)

## PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

DESCRIÇÃO DO CARGO	TIDE	REGIME								
		TIDE	T-40	T-34(1)	T-28(2)	T-24	T-20	T-21	T-10	T-09
PA1 Prof. Aux. A	479,37	1.350,97	871,60	740,86	610,12	522,95	435,79	261,48	217,90	196,11
PA2 Prof. Aux. B	493,76	1.391,50	897,74	763,08	628,42	538,65	448,87	269,32	224,43	201,99
PA3 Prof. Aux. C	508,57	1.433,24	924,67	785,97	647,27	554,81	462,34	277,40	231,17	208,05
PA4 Prof. Aux. D	523,83	1.476,24	953,55	809,55	666,69	571,45	476,22	285,73	238,10	214,29
PS1 Prof. Assist. A	631,00	1.778,28	1.147,28	975,19	803,09	688,36	573,64	344,18	286,82	258,13
PS2 Prof. Assist. B	649,94	1.830,49	1.181,69	1.004,44	827,19	709,02	590,85	354,50	295,42	265,88

**ANEXO I**

(Referente ao Anexo I da Lei nº 11.713 de 07 de Maio de 1997)

**PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

PS3 Prof. Assist. C	669,43	1.886,58	1.217,14	1.034,58	852,00	730,29	608,57	365,14	304,29	273,86
PS4 Prof. Assist. D	689,51	1.943,17	1.253,66	1.065,61	877,56	752,20	626,83	376,10	313,42	282,07
PD1 Prof. Ajunto A	734,33	2.069,48	1.335,14	1.134,88	934,61	801,08	667,57	400,55	333,79	300,41
PD2 Prof. Ajunto B	756,36	2.131,56	1.375,20	1.168,92	962,64	825,12	687,60	412,56	344,93	309,42
PD3 Prof. Ajunto C	782,46	2.195,51	1.416,46	1.203,99	991,52	849,88	708,23	424,94	354,12	318,70
PD4 Prof. Ajunto D	802,42	2.261,37	1.458,95	1.240,11	1.021,27	875,37	729,48	437,69	364,73	328,26
PA1 Prof. Assoc. A	858,60	2.419,67	1.561,07	1.326,92	1.092,76	936,65	780,54	468,33	390,27	351,24
PA2 Prof. Assoc. B	884,35	2.492,26	1.607,91	1.366,72	1.125,54	964,74	803,96	482,37	401,98	361,78
PA3 Prof. Assoc. C	910,89	2.567,02	1.656,15	1.407,72	1.159,30	993,69	828,07	496,85	414,04	372,64
PT Prof. Titular	1.093,06	3.080,44	1.987,37	1.689,27	1.391,17	1.192,42	993,69	596,22	496,85	447,16

(1) Regime de trabalho aplicado somente pela UEL

(2) Regime de trabalho aplicado somente pela UEPG

**ANEXO II**

(Referente ao Anexo IV da Lei nº 11.713 de 07 de maio de 1997)

**PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS IES**

Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
I	276,61	283,53	290,61	297,87	305,33	312,95	320,78	328,79	337,01	345,44	354,07
II	296,15	303,55	311,15	318,92	326,89	335,07	343,44	352,04	360,83	372,74	379,10
III	340,12	348,62	357,35	366,27	375,43	384,83	394,44	404,31	414,41	424,77	435,38
IV	358,88	370,50	377,01	386,49	396,13	406,03	416,19	426,59	437,25	450,84	459,39
V	394,86	404,76	414,88	425,25	435,89	446,78	457,95	469,40	481,13	493,17	505,53
VI	431,22	441,99	453,04	464,39	475,97	487,88	500,07	512,58	525,39	538,52	551,99
VII	513,84	526,68	539,86	553,35	567,19	581,37	595,90	610,80	626,07	641,69	657,76
VIII	886,85	917,88	950,00	983,26	1.019,94	1.053,29	1.090,16	1.128,31	1.167,80	1.208,67	1.250,98

L	M	N	O	P	Q	R	S	T
362,92	372,00	381,30	390,83	400,61	410,62	420,88	431,41	442,20
388,57	398,29	408,25	418,46	428,91	439,64	450,62	461,90	474,31
446,27	457,43	468,87	480,59	492,61	504,92	517,54	530,49	543,74
470,87	482,64	494,74	507,08	519,76	532,76	546,07	559,72	573,71
518,14	531,09	544,37	557,97	571,93	586,23	600,87	615,90	631,30
565,78	580,18	594,43	609,28	624,52	640,13	656,14	672,55	689,36
674,20	691,05	708,33	726,04	744,19	762,83	781,87	801,42	821,45
1.294,76	1.340,07	1.386,98	1.435,52	1.485,77	1.537,77	1.591,59	1.647,30	1.704,95

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 561**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja votado em regime de urgência o Projeto de Lei nº 141/2002, referente à doação para a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz-PR, de uma área de terras da planta geral de Barbosa Ferraz-PR, de propriedade do Governo do Estado, destinado à construção de uma quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) NESLON TURECK

**REQUERIMENTO Nº 598**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 150/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 009/2002.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 600**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Item 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei nº 184/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, por 05 (cinco) Sessões, e que o mesmo seja remetido à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações para discussão e emissão de parecer, sendo que os Projetos 456/2001 e 466/2001 já encontram-se na citada, para análise.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) NEREU MOURA

**REQUERIMENTO Nº 575**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, REQUER, a concessão de prazo suplementar de 60 (sessenta) dias de acordo com o artigo 36, § 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A prorrogação do prazo de sessenta dias é indispensável à conclusão dos trabalhos desta CPI, pois apesar da supracitada Comissão reunir-se também durante o recesso parlamentar, verificou-se a escassez de tempo hábil para que a mesma pudesse realizar

maior detalhamento embasado nas denúncias enviadas a esta CPI.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Cezar Silvestri.

**REQUERIMENTO Nº 606**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto nº 096/2002, aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) CHICO NOROESTE

**REQUERIMENTO Nº 556**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante V. Exa., REQUERER a concessão de prazo suplementar, *ad-referendum* do Plenário, de mais de 60 dias, para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Investigação - Ensino Superior.

Tal requerimento funda-se na necessidade de que a referida Comissão necessita de maior prazo para a conclusão dos trabalhos de investigação já iniciados e que estão em vias de obterem resultados.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

**REQUERIMENTO Nº 599**

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, transformação do Plenário em Comissão Geral e a quebra de interstício para votação e discussão do Projeto de Lei nº 150/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 009/2002.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(aa) DURVAL AMARAL, MARCOS ISFER, LUCIANA RAFAGNIN, SERAFINA CARRILHO, LUIZ CARLOS MARTINS, EDNO GUIMARÃES, NEREU NOURA, CARLOS SIMÕES, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES E 1 ILEGÍVEL

**REQUERIMENTO Nº 607**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com base no artigo 95 e 96, do Regimento Interno, a transformação da Sessão Ordinária do dia 02 de abril em Sessão Secreta, a ser realizada no plenarinho deste Poder, às 14h30min, com a presença do

secretário de Estado da Segurança Pública, o Comando da Polícia Militar e Civil e do delegado que preside o inquérito policial referente à morte do deputado Tiago Amorim, ocorrido em Cascavel.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja convocado o Dr. Júlio César Ribas Boeng, procurador do Estado do Paraná, e a Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro, procuradora Geral do Estado, para em Sessão Plenária deste Parlamento, prestarem esclarecimentos sobre declarações feitas à imprensa, relacionadas à empresa Usimar, e sobre o empresário Teodoro Hübner Filho.

O referido pedido se justifica, para que citado procurador do Estado, possa esclarecer melhor suas declarações publicadas no jornal Gazeta do Povo, página 17, edição de 24/03/2002, relacionadas à empresa Usimar e ao empresário Teodoro Hübner Filho, que estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal, por supostos desvios de recursos da extinta Sudam.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 591

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, pedido de informações ao Governo do Estado através da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, sobre a total arrecadação da taxa de água e de esgoto, e qual o destino do montante referente ao valor da arrecadação, no ano de 2001, no município de Maringá.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Atendendo lideranças políticas de Maringá, necessitamos de números oficiais dessa Companhia para que possamos apresentar a toda comunidade como foi aplicado o dinheiro arrecadado mediante a taxa de água e de esgoto.

#### REQUERIMENTO Nº 592

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, pedido de informações ao Governo do Estado através da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, e envio da cópia do acordo firmado entre a Sanepar e o município de Maringá no tocante ao

pagamento de dívidas referentes ao ISS (Imposto Sobre Serviços).

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Atendendo lideranças políticas de Maringá, necessitamos de informações oficiais e envio da cópia do acordo firmado entre a Sanepar e o município de Maringá no tocante ao pagamento de dívidas referentes ao ISS (Imposto Sobre Serviços), para que possamos analisar o referido acordo, com o intuito de verificar se este atende as necessidades para o progresso de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 601

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o diretor geral da Polícia Civil, Dr. Leonyl Ribeiro e o corregedor geral, Dr. Adauto Abreu de Oliveira, solicitando informações sobre a liberação de presos na Delegacia de Maringá.

O referido pedido se justifica tendo em vista matérias veiculadas pela imprensa, segundo a qual teriam sido presos e posteriormente liberados, dois indivíduos que supostamente estariam envolvidos no assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ÂNGELO VANHONI, IRINEU COLOMBO e HERMES FONSECA.

#### REQUERIMENTO Nº 558

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do ex-diretor da Unimed de Londrina, o médico neurologista Dr. Aparecido José Andrade, pelo falecimento de seu filho, Marco Antônio Rodrigues Andrade, no dia 17 de março de 2002.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Belo Horizonte, 691 - ap. 501 - Centro - CEP 86020-060 - Londrina / PR.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### REQUERIMENTO Nº 563

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar ao senhor Antonio Lino da Silva Filho, pelo falecimento de sua mãe, senhora Aurora Ceconello, ocorrido em Cianorte, no dia 19 de março de 2002.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 564

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à senhora Sônia Maria Moreti Furlan, pelo falecimento de seu esposo, senhor Carlos Tadeu Furlan, ocorrido em Brasilândia do Sul, no dia 23 de março de 2002.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 568

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário e juiz aposentado, George Christófis, ocorrido dia 25 de março de 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Aos 72 anos de idade, faleceu o empresário e juiz aposentado, Dr. George Christófis, em data de ontem, deixando viúva a Sra. Mirtes Anjolita Appel Christófis.

O passamento de George Christófis veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles parlamentar.

Natural de Paranaguá, estabeleceu-se nesta Capital, onde, em 1955, iniciou suas atividades como empresário na Farmácia Santa Terezinha. Foi presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Farmácias no período de 1968 a 1995. De 1968 a 1977, foi vice-presidente da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico. E, de 1980 a 1993, foi presidente da Federação do Comércio Varejista e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac.

Também foi secretário da Confederação Nacional do Comércio, de 1983 a 1995. Em 1982, foi nomeado juiz classista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, atuando até 1988. À frente do Senac, Christófis foi o responsável pela aquisição do prédio que hoje leva o seu nome. Em 1990, recebeu deste Poder Legislativo, o título de Cidadão Benemérito do Paraná.

O destino roubou-o ao convívio dos entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite, pois, amigo George Christófis, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao todo-poderoso para que lhe dê o merecido repouso.

Portanto, perdeu Curitiba e o Paraná um grande administrador, pessoa dinâmica e sobretudo batalhador que tudo fez em benefício de nossa população.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Christófis, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO Nº 570

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Divonzir Rodrigues, vereador da cidade de Campo do Tenente, Estado do Paraná, ocorrido na data de ontem.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, à Av. Miguel Komarchewski, Nº 888 - Câmara Municipal - Campo do Tenente - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

## REQUERIMENTO Nº 596

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gilberto Bonvin, ocorrido em 24 de março do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

## REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente.

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à Orquestra de Câmara Solistas de Londrina, pelo lançamento do disco "Imagens Brasileiras", com peças de compositores eruditos brasileiros, no dia 22 de março de 2002.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Hugo Cabral, 920 - ap. 701 - Centro - CEP 86020-330 - Londrina / PR.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

# REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à escritora londrinense Linda Bulik, pelo lançamento de seu livro Comunicação e Teatro, no dia 21 de março de 2002.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Serpente, 1774/703 - CEP 86020-330 - Londrina / PR.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) MOYSÉS LEÓNIDAS

# REQUERIMENTO Nº 560

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviadas correspondências aos senhores João Alberto Sautchuk, chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e Dr. Vicente Veríssimo Júnior, chefe do Distrito Rodoviário do DNER de Foz do Iguaçu - PR, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de recuperar as faixas chamadas de acostamento da BR-487, no trecho viaduto do contorno de Campo Mourão até a Usina Mourão.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

É de extrema necessidade que medidas urgentes sejam tomadas no sentido de recuperar, limpar, roçar e sinalizar as margens da BR-487, principalmente no trecho acima mencionado, pois por ele transitam ciclistas e pedestres, que se deslocam às indústrias da Coamo e a Usina Mourão, disputando espaço perigosamente com os chamados “triminhões canavieiros”, além do fluxo enorme de veículos que normalmente por aquela rodovia trafegam.

Vários acidentes ali já aconteceram, tirando vidas ou deixando graves seqüelas em pessoas e marcas irreparáveis nas famílias. É, portanto, absolutamente mister que as medidas aqui pedidas sejam tomadas para, se não pôr fim, pelo menos oferecer o mínimo de segurança necessária aos trabalhadores que diuturnamente usam aquele perigoso trecho.

# REQUERIMENTO Nº 562

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a devida anuência do Plenário, o encaminhamento de cumprimentos à administração da Fiasul, da cidade de Toledo, pela inauguração do seu novo complexo industrial, que aconteceu, na última sexta-feira, dia 22 de março.

Considerando a relevância social e econômica dessa indústria, a Assembléia Legislativa do Paraná, por

iniciativa deste parlamentar, soma-se à jubilosa manifestação popular pela sua inauguração.

Requer-se ainda, que do aprovado seja dado ciência aos diretores da Fiasul, senhores Rainer Zielasko, Augusto Sperotto, José da Luz Ochôa e Edmir César Dalla Costa, a Avenida Cirne Lima, 2457 - CEP 85903-590 - Toledo / PR.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Fiasul, criada por gente corajosa e empreendedora, alicerçou-se com a reativação da fábrica de fios da extinta Coopagro, seguindo essa em volume de produção 280 toneladas fios finos/mês, e oferecendo 240 empregos diretos.

Conduzida com firmeza e sua administração pugnando, sobremaneira, pela qualidade de produção, a nova indústria foi conquistando mercados, o que possibilitou a compra da unidade fabril em 1996.

A partir daí, como proprietária da estrutura fabril onde está instalada, a administração da Fiasul empreende um novo momento, reforçando a sua política administrativa e de busca de novos espaços mercadológicos. E os resultados mais uma vez foram amplamente promissores, permitindo, ou até mesmo quase obrigando, a Fiasul a ampliar a sua produção para 450 toneladas de fio fino/mês, o que, de via, fez também subir para 380 os postos de trabalho diretos.

Revela notar, que esse aumento de produtividade foi alcançado, sem troca de equipamentos, mas apenas fazendo algumas modificações em máquinas e ajustes no sistema de operação.

Decorridos três anos, uma nova situação está evidenciada: a produção da antiga fábrica chegou ao limite de sua capacidade, não oferecendo mais condições para ganhar novos mercados, em particular, os transnacionais.

À vista desse quadro, a administração da Fiasul decide pela instalação de um complexo fabril novo, com capacidade de produção redobrada de fios finos, ou seja, aproximadamente 800 ton/mês, o que equivale a uma carteira de fios/dia.

Transcorridos menos de 20 meses, uma nova e imponente fábrica, montada com os mais modernos equipamentos, máquinas de fiação e recursos de automação e informática existentes, é colocada em operação pela administração da Fiasul e seu quadro de funcionários, somando-se à grande expansão industrial verificada no Paraná, nos últimos anos.

A inauguração dessa indústria é um marco de significativa importância para o Oeste do Paraná, ponto de referência na geração de renda e de absorção de mão-de-obra.

# REQUERIMENTO Nº 578

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após



ouvido o douto Plenário, seja enviado ao senhor secretário de Estado dos Transportes, expediente solicitando o equacionamento, assim como melhorias, através de reaparelhamento e outros, na rodovia que liga Porteira Grande - Reserva e de Reserva até Cândido de Abreu.

Certamente a solicitação se justifica pela grande importância da rodovia na economia regional, sendo via de escoamento da produção primária, da indústria e mesmo meio de locomoção da população.

O atual estado, lastimável, torna a rodovia intransitável e sumamente perigosa, trazendo graves prejuízos à economia e às comunidades que dependem daquela via para sua locomoção e para o trânsito de bens e riquezas.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 586

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de moradores da Rua Egito - Vila Centenário - Bairro Cajuru, os quais solicitam policiamento ostensivo nessa vila, em vista da grande violência existente no local. Há tráfico de drogas, e menores andam armados apavorando a comunidade em geral.

Pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 587

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de moradores do Bairro Fazendinha, os quais solicitam a implantação de um Módulo Policial na Rua Principal - Vila Rigoni - Bairro Fazendinha, tendo em vista a grande ocorrência de assaltos no local. Nas proximidades estão localizadas 04 (quatro) invasões, uma ao lado da outra, e infelizmente, o local é muito perigoso, necessitando de policiamento urgente.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 588

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de moradores do Bairro Augusta, os quais solicitam policiamento ostensivo na Rua Santo Antonio da Platina, mais precisamente nas proximidades

do nº 56, tendo em vista a ocorrência de assaltos, inclusive com ameaças.

Segundo os moradores locais, já foram feitos vários contatos telefônicos através do 190, e o policiamento não compareceu, deixando toda a comunidade muito apreensiva.

Pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 589

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos frequentadores do parque Tanguá, os quais solicitam policiamento no local, tendo em vista que muitas pessoas utilizam-no para caminhadas e são assaltadas com muita frequência. Os guardas municipais ficam concentrados num mesmo local e os visitantes e moradores das proximidades ficam expostos à ação dos assaltantes.

Eles pedem ronda sem interrupção no parque, a fim de proporcionar maior segurança a todos.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 595

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviada correspondência ao secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares da Silva Neto, solicitando a instalação de um módulo policial no aeroporto de Londrina.

Ressaltamos que, diante do elevado número de pessoas que frequentam diariamente o aeroporto, é fundamental a atuação em tempo integral da Polícia Militar, inclusive no período da noite, a fim de garantir maior tranquilidade e segurança dos usuários e funcionários.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 603

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o envio de correspondência ao Exmo. senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio de Mello, externando a contrariedade do povo paranaense em relação à pretensão das instituições bancárias de afastar a incidência do Código de Defesa do Consumidor no respectivo relacionamento com os clientes.

Pretendem as instituições financeiras retirar a possibilidade de fiscalização e imposição de sanções do Pro-

con - Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor, órgão criado pela Lei Federal nº 8.087, de 11 de setembro de 1990.

A Câmara Municipal de Apucarana, assim como outras instituições deste Estado-membro, vêm se manifestando na defesa da cidadania.

A estabilidade da moeda, advinda com o Plano Real, permitiu a cultura do crédito de médio e longo prazo junto às instituições financeiras.

Apesar dos juros no Brasil, sinalizarem o suicídio por parte de quem toma o empréstimo, não são raras as empresas e, até mesmo, pessoas físicas que consomem crédito para promover suas atividades e negócios.

Nesse cenário, o respaldo do Código de Defesa do Consumidor se tornou uma necessidade imprescindível para o cliente correntista na busca do equilíbrio destas relações.

Essencialmente após o Plano Real, os encargos tornaram-se uma importante fonte de recurso para os bancos. Existem indícios de que, com estes encargos, as agências pagam seus custos fixos, principalmente porque as estruturas são enxutas e quando as agências passam a dar prejuízos, são imediatamente fechadas.

Impossível para os consumidores desses serviços ficarem sem a fiscalização do Procon, mediando essa relação desigual.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 608

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Saúde, solicitando o credenciamento do Serviço de Hemodinâmica e Cirurgia Cardíaca do Hospital São Vicente de Paulo, em Guarapuava, junto ao SUS.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é o resultado de um expediente assinado por todas as entidades representativas de Guarapuava (Prefeitura e Câmara Municipal de Guarapuava, Associação Comercial e Industrial de Guarapuava, Universidades do Centro-Oeste, Sociedade Rural de Guarapuava, Câmara de Dirigentes Lojistas, Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda e seções regionais da Federação das Indústrias do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Médica Brasileira, Associação Brasileira de Odontologia).

A região de Guarapuava agrega cerca de 600.000 usuários deste sistema de saúde e mensalmente dezenas de casos são encaminhados a outras cidades para a realização de procedimentos como cateterismo e diagnósticos, além de cirurgias cardíacas das mais variadas modalidades, causando desta forma transtornos de deslocamentos nesta área em pacientes daquela região.

O Hospital São Vicente de Paulo, conta com um moderno centro de Diagnóstico e Terapia Cardiovascular, além de centro cirúrgico e UTI cardiológica, qualificando-o como referência para realização de atendimentos nesta área em pacientes da região Centro-Oeste do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 580

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor ao tenente da Polícia Militar do Estado do Paraná, Elias Ariel de Souza, pertencente ao Centro Operacional das Promotorias de Controle Externo da Atividade Policial.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento ao homenageado, ao coronel Gilberto Foltran, DD, comandante geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, e ao Dr. Dartagnan Cadilhe Abilhoa, procurador de Justiça, coordenador da PIC/GERCO/GERNA.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Em novembro de 1999, foi criado, no âmbito do Ministério Público Estadual, o GERCO - Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado e o GERNA - Grupo Especial de Repressão ao Narcotráfico, aos quais veio integrar-se um grupo de elite da Polícia Militar do Paraná, liderado pelo tenente Elias Ariel de Souza.

Essa pioneira “força-tarefa” veio dotar o Ministério Público de um organismo armado, mais eficiente no combate à criminalidade, inclusive no sentido de coibir as ações, através da intimidação, daqueles que agem à margem da lei.

A participação dos membros da PMPR, sob o comando do tenente Elias Ariel de Souza, tem sido de alta relevância, imprescindível mesmo, ao êxito das investigações, às quais a equipe se dedica com zelo, lealdade e sendo de justiça, inclusive nunca tendo cometido qualquer arbitrariedade ou abuso por tortura ou lesões corporais a pessoas envolvidas nos crimes investigados.

O próprio coordenador da Promotoria de Investigação Criminal - PIC, do GERCO e do GERNA, em, vista das ações desenvolvidas pela mencionada “força-tarefa”, determinou a inscrição, em livro próprio da PIC, de elogio ao tenente Elias Ariel de Souza e a toda sua equipe pela forma irreparável de sua atuação.

Este parlamento não poderia deixar de associar-se a essa homenagem, razão que nos faz formular esse requerimento de votos de louvor, que objetiva agradecer e incentivar a continuidade dos procedimentos retro mencionados.

## REQUERIMENTO Nº 581

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de louvor ao prefeito de Santa Helena, Silom Schmidt, pelo recebimento do Prêmio Cidade Eficiente em Energia Elétrica, nas categorias Educação e Prédios Públicos Municipais, outorgado pelo Eletrobrás e Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

As premiações concedidas à administração municipal de Santa Helena decorrem de experiências levadas a efeito no campo da economia de energia elétrica, por ocasião do racionamento que atingiu a maior parte do país. Mesmo estando localizada muito próximo à Usina de Itaipu - a maior produtora mundial de eletricidade - a administração e população daquele município deram um belo exemplo do que pode ser feito quando governo e povo trabalham em prol do mesmo objetivo.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

## REQUERIMENTO Nº 571

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à diretoria da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 13 - ACAMSOP/13, eleita para a gestão 2.002 em nome de seu presidente vereador Lino Alfeu Zeni, em eleição realizada no dia 23 de março de 2002 em Francisco Beltrão - PR, parabenizando todos os membros da diretoria e augurando votos de sucesso na nova gestão.

Do aprovado, requer ainda se dê ciência à diretoria da ACAMSOP/13, através de correspondência no endereço Rua Maranhão, 360 CEP 85.601-310, Francisco Beltrão-PR.

Sala das Sessões, em 26.03.2002

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná ACAMSOP/13, com sede no município de Francisco Beltrão, congrega 27 Câmaras Municipais da região.

A ACAMSOP/13, entidade representativa dos municípios associados junto aos demais órgãos do Governo Estadual, tem como objetivo principal promover o fortalecimento da capacidade administrativa dos municípios, no desenvolvimento de ações prioritárias e na formulação de políticas integradas, visando sempre o

bem-estar da população da região, bem como presta orientação na execução e avaliação de investimentos municipais.

Queremos com o presente externar nosso reconhecimento à ACAMSOP/13 pelo excelente trabalho que a entidade vem desenvolvendo em prol da região sudoeste, parabenizando a nova diretoria e desejando sucesso na nova gestão, que temos certeza será marcada por muitas conquistas.

## REQUERIMENTO Nº 577

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, à empresa O Boticário pela comemoração dos seus 25 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 26.03.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 22 de março, o Boticário completou seus 25 anos de fundação. Esta empresa genuinamente paranaense já se espalhou por todo o mundo, levando o nome do nosso Estado para todos os cantos.

O Boticário iniciou suas atividades em março de 1977, no centro de Curitiba, e transformou-se em um complexo industrial e comercial - maior franquia de lojas e perfumarias e cosméticos do mundo, com cerca de 2.100 lojas no Brasil e no exterior. A pequena farmácia, montada para aviar receitas médicas, principalmente dermatologistas, passou a criar produtos para o corpo, pele e cabelos.

A primeira loja exclusiva da rede foi aberta no saguão do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Essa localização abriu caminho para o interesse de pessoas de outras cidades e países. Além de turistas, tripulações das companhias aéreas compram os produtos para uso próprio ou para revender em seus locais de origem. Saíram surgiram os primeiros revendedores da marca O Boticário, ainda em lojas mistas.

A fase de exclusividade começou em 1987, depois da regulamentação do sistema de franquias. Nessa época já eram mais de 800 lojas.

Em fevereiro de 2002 este número já ultrapassava as 2.100 unidades.

A presença de O Boticário em Portugal, em 1985 motivou empresários portugueses a abrir em Lisboa a primeira loja no exterior.

Atualmente são 6 lojas só em Portugal, 5 na Bolívia, 2 no Paraguai, 2 no Peru e 399 pontos de venda no Japão.

À empresa O Boticário pela comemoração de seus 25 anos, através de seu presidente Miguel G. Kringsner (Av. Rui Barbosa, 3450- Afonso Pena -São José dos Pinhais/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

# REQUERIMENTO Nº 579

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações, ao senhor Almir Luiz Sabbag, presidente da Sociedade Thalia, pela passagem dos 120 anos de sua fundação, extensivos aos demais membros da diretoria, funcionários, associados e familiares.

Requer ainda, seja dado ciência deste ao homenageado no seguinte endereço: Comendador Araújo, 338 - centro - Curitiba - PR- CEP 80.420.000.

Sala das Sessões, 26.03.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Thalia, fundada em 04 de abril de 1822, por um grupo de pessoas da colônia alemã. Seu primeiro presidente foi o senhor João Batista Klüpel e sua nacionalização deu-se em 26 de janeiro de 1917. A primeira sede funcionou na Rua Mateus Leme, antigo Cine Marabá, passando depois para a Praça Tiradentes, em cima das Casas Pernambucanas, depois para o alto do Cine Ritz, na Rua XV de Novembro e em 10 de dezembro de 1942, a Sociedade passou para a Rua Comendador Araujo, na condição de sede própria.

Alem de toda infra-estrutura e instalações de um grande clube a Sociedade Thalia tem a sua sede de campo - Fazenda Thalia, com uma área de 114 alqueires no Km 38 da Rodovia do Café. Sua sede de praia em Guaratuba, com terreno de 3.500 m ,nas proximidades do Morro das Cajeiras - tem ainda a sede olímpica no Tarumã, onde atende toda a família de associados com piscinas infantil-juvenil, juvenil e adulto, com quadras de esportes, futebol, tênis e outras modalidades esportivas.

A sua atual diretoria, sob o comando do seu presidente Almir Luiz Sabbag, que há 20 anos está no cargo, vem desenvolvendo um excelente trabalho direcionado ao bem-estar dos seus associados e suas respectivas famílias.

# REQUERIMENTO Nº 585

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de congratulações ao senhor Rafael Tavares de Mello, que assumiu a chefia da redação da Tribuna do Paraná, em 03 de março próximo passado.

Em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento e toda a comunidade para-

naense, auguramos votos de muitas realizações e sucesso.

Sala das Sessões, em 26.03.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 593

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Circulo de Oração Filhas de Jerusalém de Ivaiporã- PR, alusivos à XXX Confraternização do Departamento do Círculo de Oração da Assembléia de Deus em Ivaiporã-PR.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao pastor José Domingos Marins, através de correspondência a ser encaminhada à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, Av. Brasil nº 1560- Ivaiporã- PR, CEP 86870-000.

Sala das Sessões, em 26.03.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

# REQUERIMENTO Nº 594

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Carlos Roberto Antunes, alusivo à sua pose na Cadeira nº 38, da Academia Paranaense de Letras, que ocorrerá na data de hoje.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua XV de Novembro, 1299- Curitiba - PR, CEP 80060-000

Sala das Sessões, em 26.03.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

# REQUERIMENTO Nº 602

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, alusivos ao seu 78º aniversário, comemorado na data de hoje.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao presidente Nilo Biazeto, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Buenos Aires, nº 70- Curitiba-PR, CEP 80250-070.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Nereu Moura, Cezar Silvestri, Ademir Bier, Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Cesar Seleme, Durval Amaral, Marcos Isfer, Ademar Traiano e Ângelo Vanhoni.

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 151/2002**  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores Santa Luzia, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) DUILIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Moradores e Agricultores Santa Luzia é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, fundada em 23.09.98, tendo por finalidade pugnar pelos interesses da comunidade promovendo a união, a amizade, o espírito comunitário e a ajuda mútua entre seus associados.

A documentação anexada à proposição comprova o atendimento aos requisitos exigidos pela lei que regula a concessão de títulos de Utilidade Pública.

Em reconhecimento ao excelente trabalho desenvolvido pela atual diretoria na busca de melhor condição de vida e maior justiça social à comunidade em geral, submetemos o presente plano de lei à apreciação os senhores deputados, solicitando o seu apoio e conseqüente aprovação.

**PROJETO DE LEI Nº 152/2002**  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Pedro do Piquiri, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) DUILIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

A documentação que anexamos ao presente plano de lei, comprova que a Associação de Moradores e Agricultores de São Pedro do Piquiri, atende os requisitos essenciais exigidos pela Lei nº 6994/78, que regulamenta a concessão de títulos de Utilidade Pública.

Entidade Civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, tem por finalidade principal a promoção e valorização do ser humano através da união, da amizade, do espírito comunitário e da ajuda mútua. O trabalho desenvolvido pela atual diretoria é digno de registro e justiça se faz com apoio e apro-

vação da presente proposição pelos nobres deputados desta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 153/2002**  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Santa Terezinha, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) DUILIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Santa Terezinha, fundada em 17.03.86, é um entidade civil, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica de direito privado, tendo por finalidade promoção da união, da amizade, do espírito comunitário e da ajuda mútua entre seus associados.

É importante salientar e reconhecer o excelente trabalho social desenvolvido pela atual diretoria em benefício da coletividade, razão pela qual apresentamos a presente proposição.

Desta forma, solicitamos o apoio dos nobres pares no sentido de aprovação da proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 154/2002**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Casa Mais Vida, com sede e foro no município de Francisco Beltrão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Amigos da Casa Mais Vida, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná na localidade da Linha Eva, é uma entidade de natureza jurídica, de direito privado. É um órgão de recuperação de alcoólatras e drogados, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não tendo nenhuma remuneração para os seus dirigentes e conselheiros. A AACV, desenvolve suas atividades, respeitando a liberdade de consciência de cada interno, mas sempre pautando a ordem e a disciplina regulamentadas pelo regimento interno, mantendo rigoroso respeito ao ser humano.

PROJETO DE LEI Nº 155/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Os veículos emplacados nos municípios onde estiverem instaladas as Praças de Pedágio gozarão de redução na tarifa aplicada na ordem de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º - Terão direito à redução os proprietários de veículos que comprovarem residência ou que possuam imóvel no município em que a praça estiver instalada.

Art. 3º - As concessionárias de pedágio providenciarão o controle dos veículos que terão direito à redução, mediante cartões de identificação para cada veículo.

Art. 4º - Para a concessão do benefício, os veículos deverão estar em situação regular junto ao Detran.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

Senhores deputados, o presente projeto justifica-se diante do transtorno que a instalação de praças de pedágios trouxeram a comunidades inteiras, que de uma hora para outra viram-se diante de um problema e que não possuíam os meios para resolvê-los, criando assim, dificuldades enormes para aqueles que têm que transpor o pedágio todos os dias por possuir propriedades além da praça de pedágio.

É por estas razões que espero a justiça a estes proprietários votando favoravelmente à proposição.

PROJETO DE LEI Nº 156/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Fundação Estadual de Cidadania, com sede e foro no município de Curitiba-PR

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei visa contribuir com o fortalecimento das organizações não-governamentais em nosso país.

É sabido que em países desenvolvidos as ONG's têm ocupado um papel de suma importância no processo

de construção da cidadania. No Brasil, muito há por se fazer para recolher o trabalho dessas organizações.

Daí porque, outorgar este título à Fundação Estadual de Cidadania, estamos querendo com este pequeno gesto, ratificar a importância das ONG's no processo de construção de uma nova sociedade, onde as injustiças sejam página virada em nosso país.

PROJETO DE LEI Nº 157/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CDCA, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

**JUSTIFICATIVA:**

A iniciativa de conceder o título de Utilidade Pública a esta organização não-governamental vai na direção de reforçar a luta pelo reconhecimento de que a juventude brasileira tem sido a maior vítima das mazelas sociais de nosso país.

A criminalidade e a violência, sobretudo urbana, o descaso do poder público no atendimento das necessidades básicas desta população, gerando aí a degradação da família, tem colocado em risco o futuro de nossa juventude, e por conseguinte, de nosso país.

Daí porque reconhecer o trabalho desta entidade que tem prestado relevantes serviços no processo de debate na elaboração de políticas públicas capazes de propor melhorias neste que é o mais precioso patrimônio de uma nação: a nossa juventude.

PROJETO DE LEI Nº 158/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído dia 20 de agosto como o "Dia da Votação do Primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular do Estado do Paraná".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O dia 20 de agosto de 2001 com certeza não será esquecido pelos paranaenses - numa atitude histórica a população do nosso Estado mobilizou-se colhendo mais de 130.000 (cento e trinta mil) assinaturas, e deu origem ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que recebeu nesta

Casa de Leis o número 248/2001, com o objetivo de revogar a Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 1998 (autorizava o Poder Executivo a vender a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel).

Em todo o Paraná, 243 municípios mobilizaram-se contra a venda da Copel. O projeto foi o primeiro da história do Paraná, em defesa de uma causa justa, e que ganhou destaque internacional. Para que o projeto tramitasse, bastava apenas 63 mil assinaturas (um por cento da população), mas o povo numa demonstração de parnismo disse NÃO à venda da Copel, não só assinando a lista, mas fornecendo documentação pessoal, endereço, etc., e indo às ruas bradar contra a venda de um dos nossos mais importantes patrimônios.

Os três senadores do nosso Estado estiveram presentes na entrega do projeto à Assembléia Legislativa do Estado, na histórica marcha que atravessou as mais importantes ruas e avenidas do centro de Curitiba, em direção a esta Casa de Leis. Junto com ele, junto com o povo, muitas lideranças - vereadores, representantes de entidades de classe, e estávamos nós - os deputados estaduais que fizemos frente de apoio ao projeto de iniciativa popular, sustentando-o na Assembléia Legislativa do Estado.

O projeto tramitou pelas Comissões e finalmente chegou ao Plenário. De início a votação seria na data de 14 de agosto. Numa Sessão Plenária agitada e longa, que começou em 14 de agosto às 14h30. (horário regimental) e só foi suspensa às 14h00 do dia 15 de agosto, quando os estudantes invadiram o plenário, muito se discutiu se debateu sobre a Copel.

De um lado, nós, deputados ao lado do povo e contra a venda da Copel e do outro, os deputados governistas, a favor da venda da Copel. Após 23 horas e meia de debates e muitas confusões, que geraram interrupções diversas na Sessão, o Plenário foi invadido pelo estudantes que, com o ímpeto peculiar dos mais jovens, também dizia não à venda da Copel.

Somente em data de 20 de agosto, em nova e também histórica Sessão Plenária, com a presença do povo das galerias, representantes de diversas instituições, a imprensa com transmissão do vivo para todo o país e até para países vizinhos, uma Sessão Plenária que se iniciou às 14h00 e terminou às 23h50 a votação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

Infelizmente o povo não venceu na votação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular - perdemos a votação do projeto por apenas um voto: 26 deputados estaduais votaram contra a venda da Copel e 17 votaram a favor, mas o Paraná deu um exemplo de cidadania e de amor ao seu Estado. A data ficou marcada na história política, cultural, ideológica e social do Paraná. A peculiaridade da votação e toda a movimentação da população em torno da questão merece ser lembrada como o Dia da Votação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

## PROJETO DE LEI Nº 159/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - As redes de ensino pública e privado deverão oferecer em suas instalações, programas de atendimento e integração aos portadores de necessidades especiais, conforme especifica a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu Capítulo V, que trata de Educação Especial.

Art. 2º - O atendimento dos estudantes será feito em salas normais, com professores especializados para conduzir o processo de aprendizagem, respeitando os limites de cada indivíduo.

Art. 3º - A definição dos portadores de deficiência mental, física, visual ou auditiva que poderão frequentar o ensino regular será feita pelo Departamento de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação, através dos Núcleos Regionais de Educação ou Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) ou outras entidades que trabalhem com educação especial.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo de promover a integração dos portadores de necessidades especiais, nas suas variações e graduações à sociedade, desde a infância. A frequência em escolas comuns permitirá essa convivência, tornando essas crianças especiais em cidadãos com formação mais completa que as oferecidas nos centros de educação especial.

Visa também a proposta ora ofertada, o cumprimento das Leis de Diretrizes e Bases (LDB), que em seu capítulo V, que trata de Educação Especial traz os seguintes artigos:

“Art. 58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60 - Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo Único - O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo”.

Pelo exposto acima, conto com a colaboração dos pares para que no Paraná a LBD, mais que respeitada, seja motivo de orgulho para todos os cidadãos.

#### PROJETO DE LEI Nº 160/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - A qualificação da situação jurídica de estudantes, para efeito de obtenção de descontos concedidos sobre o valor efetivamente cobrado para o ingresso em estabelecimentos de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer, será feita pela exibição de documento de identificação estudantil pelos correspondentes estabelecimentos de ensino ou pela associação ou agremiação estudantil a que pertença.

Parágrafo Único - O disposto no *caput* deste artigo aplica-se nas hipóteses em que sejam oferecidos descontos a estudantes, obedecendo as Leis Estaduais nº 11.182 de 23 de outubro de 1995, nº 13.290 de 08 de novembro de 2001, e Medida Provisória. nº 2.208 de 17 de agosto

de 2001 da Presidência da República, e demais estabelecimentos de ensino que sejam reconhecidos pela Secretaria Estadual de Educação.

Art. 2º - A identidade estudantil deverá obedecer critérios de uniformização de dados, a fim de facilitar a identificação e/ou reconhecimento de identidade do portador, devendo conter:

I - nome da instituição, agremiação, ou associação estudantil;

II - nome do estudante;

III - foto;

IV - número da Carteira de identidade (RG);

V - data de nascimento;

VI - número da matrícula no estabelecimento de ensino;

VII - validade da carteira;

VIII - número de série.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

No final de 2001, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 2.028, abrindo espaço para qualquer entidade, agremiação ou associação de estudantes, emitir carteira de estudante com o objetivo de receber descontos em estabelecimentos de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer.

Nosso Estado já havia normatizado este assunto através das Leis Estaduais nº 11.182 de 23 de outubro de 1995 e nº 13.290 de 08 de novembro de 2001. Mas, em função da entrada em vigor da MP Federal, os órgãos de fiscalização, bem como os empresários da área, estão com dificuldades de exercerem suas funções, bem como, obedecer o estabelecido na Legislação Estadual, pois até então, o padrão das carteiras de estudante, eram emitidas pela UNE/EBES, que possuía padrão de identificação, facilitando a visualização e fiscalização. Hoje, não existe mais esta uniformização.

Para corrigir tal distorção e dirimir quaisquer dúvidas, o presente plano de lei tem por objetivo normatizar o assunto, dentro do Estado do Paraná, atendendo reivindicação do Procon, dos agentes fiscalizadores, e dos empresários do ramo.

Assim sendo, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis para o presente projeto.

#### PROJETO DE LEI Nº 161/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada, de Rodovia Mário Ceni, a estrada T-BR 158, que liga o município de Chopinzinho ao município de Coronel Vivida.



Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de homenagear um grande homem, Mário Ceni, que teve sua vida voltada aos mais legítimos interesses da comunidade de Chopinzinho.

Mário Ceni foi, também, o primeiro prefeito municipal de Chopinzinho, em 1955 e devido ao maravilhoso trabalho realizado no Executivo Municipal, foi reeleito em 1963.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para denominar a estrada, na qual o Governo do Estado realizou a sua pavimentação, com o nome de um cidadão que tem muito realizado em prol da sociedade de Chopinzinho e de toda a região.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendo a Sessão por 3 minutos.

Solicito às lideranças que compareçam à Mesa para termos um entendimento.

(**Reaberta a Sessão**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Atendendo solicitação dos moradores de Mandirituba e também do vereador de Curitiba, Jorge Bernardi, e tendo em vista a comunicação feita ontem, em Plenário, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente, acompanhado do deputado Algaci Tulio, fomos hoje ao município de Mandirituba para conhecermos o local onde será feito ou teoricamente será, a nova Caximba de Curitiba.

Curitiba e mais cinco municípios da região metropolitana formam consórcio para depositar o nosso lixo. E neste contexto, uma empresa internacional se associa à empresa Cavo, uma empresa francesa e compram 86 alqueires de terra no município e o edital de licitação então será dirigido porque no momento em que se vislumbra a possibilidade de construirmos um aterro num determinado local e que este local já está parcialmente comprado por uma empresa consorciada com uma outra, internacional, vai com certeza vencer a licitação e receberá a concessão para depositar o lixo, durante 25 anos.

Na verdade, esta empresa, ganhando esta concorrência, o Estado e os municípios da região metropolitana de Curitiba e mais cinco municípios, ficaremos dependendo dos proprietários do local onde será colocado o lixo. De pronto, o lixo de Curitiba vai subir 100% a partir

de 2003. Agora, depois que a empresa vencer esta concorrência, nós estaremos constantemente nas mãos destas empresas, que quase sempre se associam às empresas brasileiras, aquelas fortes empresas multinacionais, e aí começam as greves e tem que subir. E quem paga a conta, V. Exas. já conhecem muito bem, é o povo.

Não é possível o município e a região dar uma concessão ambiental, permitir que uma empresa monopolize um depósito de lixo da região metropolitana. O nosso objetivo é trazer ao conhecimento da Casa que, conforme solicitação do deputado Algaci Tulio, no dia 4 vamos realizar uma nova reunião na Comissão de Meio Ambiente, visto que já realizamos uma no passado recente e, aqui, esteve a Comegui, a Somegui e hoje nós fomos então conhecer esse local.

Concedo aparte com muito prazer ao deputado Algaci Tulio.

**O Sr. Algaci Túlio**

Deputado Neivo Beraldin, hoje nós tiramos parte do dia para tratar desta questão do meio ambiente, uma questão por demais palpitante que nos apaixonou, quando discutimos a questão do meio ambiente, que é a vida. O ser humano, todo ele está relacionado com o ambiente onde vive.

O ser humano predador está provocando no nosso meio ambiente os acontecimentos que se verificam não só aqui no Paraná, em Curitiba, mas no mundo inteiro.

E nós hoje pela manhã, atendendo ao apelo de várias entidades não-governamentais, estivemos na localidade de Diamante, onde fica localizado, onde querem localizar o futuro aterro sanitário de Curitiba e da região metropolitana.

Ninguém quer o lixão, a penitenciária perto da sua casa, mas alguém tem que ter isso. Há que ter com critérios, o que nos preocupa, eu quero fazer uma rápida amostragem com as fotografias que nós obtivemos, hoje lá, também por dados.

Vejam bem, é uma área de 120 alqueires, área de produção agrícola de pequenos produtores rurais da região, área com uma extensa mata de pinheiros, onde passam alguns córregos, alguns braços de rios e que certamente vai ser tudo isso degradado em favor do novo aterro sanitário.

Então, são 120 alqueires de terra. Aí vem uma série de problemas que o deputado Neivo Beraldin, depois, pode concluir. A especulação imobiliária em cima dessa área, que normalmente 1 alqueire valeria de 3 a 4 mil reais, está pagando 20 a 25 mil reais por um alqueire através de um consórcio de empresas que vão explorar este futuro aterro sanitário.

Algumas fotografias, os senhores podem notar, a grande quantidade de pinheiros que nós temos naquela região, muito embora digam que os pinheiros e nós vamos ter uma região totalmente atingida pela ação do homem aí.

Deputado Edson Strapasson, que já foi prefeito, e sabe das dificuldades que tem os municípios de Curitiba com relação à questão de aterros sanitários.

Vivemos numa região, especialmente a região norte que é o município de Colombo, Rio Branco e Tamandaré, sobre a situação do aquífero Castro que já tem provocado rachaduras, afundamentos em casas e tudo mais, então tem que se ter muito cuidado com esta questão do meio ambiente.

Nós estivemos lá, deputado Neivo Beraldin, juntamente com o vereador Jorge Bernardes, de Curitiba, vereadores da cidade de Mandirituba, com Associação de Defesa ao Meio Ambiente (Amar) da cidade de Araucária e nos mostramos apreensivos.

Ninguém é contra aterro sanitário, desde que ele venha com uma boa condição, com a tecnologia bastante avançada, porque é um grande risco nesta área.

Então, acho que nós temos que fazer essa discussão na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia.

São dois assuntos que nos preocupam neste momento e que tratam de Curitiba e da região metropolitana.

Eu faço parte, represento esta Assembléia no Conselho de Desenvolvimento da Região metropolitana de Curitiba. Já estamos discutindo uma série de ações. Temos aí o aterro sanitário de Mandirituba, temos o novo ramal rodoviário que vai passar em cima da Bacia do Passaúna.

Tudo isso nos preocupa.

Essa comissão tem uma tarefa por demais interessante e uma ação importantíssima para a preservação do meio ambiente e promovermos esses debates.

Para o dia 4 sobre a questão do aterro sanitário e na semana seguinte sobre a questão do novo ramal rodoviário que vai passar em cima da Bacia do Passaúna.

É do interesse de todos os parlamentares, deputado Marcos Isfer, que tem sua penetração em Curitiba, Edson Strapasson, que é da região metropolitana. Para debatermos se é interessante ou não, que cuidado vai ter, que compensação vai acontecer para os moradores e para o próprio município. Vamos discutir com profundidade.

Muito obrigado.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Porque é que o IAP tem que dar a concessão para a nova Caximba de Curitiba, à iniciativa privada.

Temos que depositar o lixo em algum lugar. Se o lugar é adequado, este que estamos tratando, se é que ele tem as características necessárias. Que a Comec, as prefeituras façam o entendimento para que aquele local seja público. Não que pertença a um grupo internacional, amparado com uma sociedade, quem sabe minoritária brasileira. Ficamos nas mãos de depositar o nosso lixo de um grupo internacional.

Veja o que acontece com um grupo internacional. Hoje pela manhã, atendemos também uma solicitação dos caminhoneiros que transportam os carros da Renault,

que correm o Brasil afora. É um grupo que detém 22% do transporte de carros produzidos ou montados pela Renault para transporte no Brasil.

Fomos até a Renault. Esses caminhoneiros estavam, reunidos com alguém da Renault, e nós, na condição de deputado, chegamos na portaria, nos identificamos e pedimos autorização para ingressar na empresa para participarmos de um debate mediador da situação.

Os caminhoneiros estão acampados, porque estão sem possibilidade de carga, visto que existe o monopólio de transporte de cargas no Brasil. Um grupo é liderado por um deputado mineiro com cinco empresas, monopoliza uma parte, e outro grupo americano monopoliza outra parte. Um grupo brasileiro paranaense que teria então participação para transportar, parte dos caminhões foram desalojados e estão lá com os seus caminhões para o lado de fora da Renault sem carga e embaixo de uma barraca.

Na condição de deputado estadual do Estado que deu concessões inúmeras para a Renault, que a Assembléia Legislativa deu o título de Cidadão Honorário do Paraná ao seu presidente, não permitiram o meu ingresso na Renault.

Infelizmente terá que consultar a empresa francesa...

Quem sabe eu teria que mandar um fax para Paris para poder ingressar e ser mediador de um conflito entre paranaenses e brasileiros com essa empresa internacional que recebe os nossos incentivos. Então esse tipo de coisa vem acontecendo no Paraná, assim como está acontecendo no Paraguai. Tradicionalmente, um empresário brasileiro, para montar uma empresa no Paraguai já recebe a seguinte recomendação: "Se associe com um paraguaio, porque do contrário poderá ter problemas".

Ora, nós temos uma pujança brasileira muito grande, temos um país forte com cento e sessenta milhões de brasileiros, temos uma extensão territorial, representamos a oitava economia do mundo, não podemos permitir que governantes façam esse tipo de concessões e que por detrás de todas essas concessões sempre há grandes interesses econômicos e acabam sempre privilegiando aquelas pessoas que, eventualmente, estão naquele momento governando um Estado ou município.

#### O Sr. Algaci Túlio

Deputado Neivo Beraldin, me concede um aparte? **(Assentimento).**

Quando V. Exa. fala da concessão do Estado para os particulares, nós já temos muitos exemplos aqui: a questão da telefonia, está aí o povo pagando uma conta que não sabe se é verdadeira, não tem como conferir os impulsos; não tem como conferir o aluguel do telefone, que é proibido, e a Telepar continua cobrando, e nós não podemos continuar aqui nesta Assembléia, lamentavelmente, as duas CPI's da Telefonia, estamos ainda na expectativa, no aguardo da decisão da Justiça, se podemos ou não.

A questão da Sanepar também. E veja o que iria acontecer, também, com a questão da energia elétrica, que seria com a Copel, que graças a Deus o governo do Estado recuou.

Agora, vejam bem, a questão do lixo. Curitiba paga para a empresa que faz a coleta do lixo na cidade, vinte e nove milhões por ano. Agora, pergunto: a hora que isso passar para a iniciativa privada, já numa privatização, nesse consórcio, quem garante que vamos ter a mesma alíquota, a mesma taxa de cobrança do lixo que cada um de nós provocamos aí? Certamente, de vinte e nove, provavelmente passaremos para o dobro desse valor, daí porque quero fazer uma sugestão a V. Exa.: não se trata apenas da questão do meio ambiente; se trata da questão da obra em si, do consórcio que vai fazer essa obra. A sugestão é para que nós possamos fazer uma discussão com duas comissões aqui nesta Casa, a Comissão de Obras, que é presidida pelo ex-prefeito de Colombo, deputado Strapasson e a nossa Comissão de Meio Ambiente para que as duas num trabalho misto, possam, ao mesmo tempo em que fiscalizam e discutem a questão ambiental, discutir o valor da obra. Será que é esse o valor da obra? Qual o interesse que tem por trás? Qual é o valor da taxa que o curitibano e que o cidadão da região metropolitana vai pagar a partir do momento em que esse consórcio ganhar o direito da privatização?

É um assunto sério e por isso faço esse apelo a V. Exa. para que possamos unir o trabalho de duas comissões e aprofundar. Aí entra o deputado Marcos Isfer, que também é de Curitiba e outros companheiros que podem nos ajudar num debate mais profundo dessa situação.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Pois bem, deputado Algaci Tulio:

V. Exa. tem razão e precisamos dos deputados da região que temos aqui, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Marcos Isfer, Geraldo Cartário.

Senhor presidente, antes que V. Exa. deixe essa presidência, gostaria apenas de fazer uma solicitação. Que V. Exa. requeira o edital de concorrência feito para esse depósito de lixo ou essa nova Caximba, visto que custa dois mil reais. Nós precisaríamos ter esse edital em mãos para sabermos de que forma ele está dirigido.

Se V. Exa. puder, enquanto presidente, solicitar junto à Secretaria do Meio Ambiente ou à Comec esse edital, para que pudéssemos ter o perfeito conhecimento dele, porque nós não podemos admitir mais que o Estado dê uma concessão por vinte anos, renováveis por não sei quanto, que o Estado já tenha feito o asfalto, exatamente, o trecho que chega até essa futura Caximba, tem lá o asfalto e duzentos metros para frente continuam os buracos.

Então, nós estamos aqui para fazer um alerta de paranismo, de brasilidade. Chega de dar essas concessões lucrativas, seja de telefonia, seja de saneamento, seja de qualquer setor para empresas multinacionais.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças.

PL, PSC, PSL.

Com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

O pronunciamento do deputado, meu companheiro e amigo, Neivo Beraldin, e o aparte concedido ao deputado Algaci Tulio, me lembra uma viagem do Rio de Janeiro, de navio, que empreendemos até a cidade de Manaus. Ali tinha o comandante do navio, almirante, escola da navegação, escola naval, cheia de algemas, e fomos com outros companheiros aqui do Paraná, o Enéas Faria, o Pedro Mufato, de Cascavel, Dr. Manoel Oliveira Franco Sobrinho, e fomos embora.

Sáímos do Rio de Janeiro, passamos pela Bahia, Ceará e chegamos em Belém; logo a seguir chegamos ao Rio Negro e lá o transatlântico que era o “Ana Neri”, um navio enorme, ele parou e chegou um cidadão que aparentemente, parecia que estava mendigando uma carona, chega de chinelo, fumando um cigarrilho de palha, sobe no navio.

Para surpresa minha, senhor presidente, senhores deputados, é que esse cidadão era um prático que conhecia a navegação do Rio Negro. Era um prático, senhor presidente, senhores deputados.

E como prático, o navio foi entregue na mão desse cidadão que conhecia o Rio Negro. Em respeito ao que ele representava, porque ali, ele tinha convivido e convivia dentro do Rio Negro.

O almirante, naquela época entregou o navio para esse cidadão, e ele comandou o “Ana Neri”, pelo Rio Negro até Manaus.

Hoje, senhor presidente, fui pego de surpresa, logo de manhã, com o noticiário que essa Assembléia tinha designado uma comissão, da Comissão do Meio Ambiente, para visitar a cidade, aonde se eu não sou doutorado, se não sou almirante, sou pelo menos prático. Fui vereador na cidade por 10 anos. Fui presidente de partido local, fui prefeito por 6 anos.

Em três eleições para deputado, eu sou o deputado mais votado de Mandirituba.

E no entanto, não recebi o convite para visitar a minha cidade.

Se não sou conhecedor profundo como o deputado Neivo e o deputado Algaci Tulio, do Meio Ambiente, sou o prático, senhor presidente, senhores deputados, eu merecia ser convidado, porque aqui foi falado na hora da Sessão, mas eu não estava presente; estava atendendo prefeitos em setores do governo.

Não posso ficar aqui direto, para saber se recebo convite dos meus amigos companheiros deputados.

Por essa razão, é que hoje me considero o quê?

Prático não sou, doutorado também não sou, mas até que provem o contrário, sou deputado eleito pelo povo do Paraná, sou membro da Comissão do Meio

Ambiente, ou será que só os deputados da Oposição têm o direito de visitar os municípios que estão sendo citados como os futuros recebedores do lixo da nossa Curitiba?

É com muita tristeza, pois o Neivo Beraldin sabe o apreço, o carinho que tenho por ele, porque é realmente um valoroso amigo que tenho aqui e o deputado Algaci Tulio também. Mas quando se aproximam as eleições, quando se aproxima a campanha política, parece que todo mundo é inimigo nesta Casa, parece que um quer matar o outro, parece que um desconhece o direito do outro. Porque eu sou realmente deputado de Mandirituba, senhor presidente, e queria dizer mais: que o problema de Mandirituba, apesar de o prefeito de Mandirituba não ser meu companheiro político, ele merece respeito. Não é um vereador de Curitiba que vai em Mandirituba ditar normas, não são os deputados do Paraná que vão chegar em Mandirituba ditar normas. Lá tem povo, lá tem prefeito e lá tem vereadores, lá tem os segmentos da sociedade!

Em Mandirituba o prefeito tem autonomia, sim, é meu inimigo político, é meu adversário, mas ele sabe o que está fazendo, ele merece ser respeitado, e não é aqui uma Comissão da Assembléia que vai mudar o destino da cidade de Mandirituba, onde fui e continuo sendo político que tem a procuração do povo para respeitá-lo.

Por isso, meus amigos, o lixo vai ter que ir para qualquer cidade. A Comissão do Meio Ambiente nunca falou comigo, mas se a compra do terreno foi feita em Mandirituba, eu apresento a prova de que esse terreno também foi comprado na Fazenda Rio Grande e apresento também o testemunho de que em Itaperuçu o prefeito e outros segmentos estão também entregando documentos para receber esse lixo, porque se trata de um futuro, de uma perspectiva de uma valorização de áreas ainda não desenvolvidas.

Quanto ao preço aqui falado de R\$3.000,00 o alqueire, apresentem-se esses alqueires em Mandirituba que eu os compro. Eu os compro a R\$3.000,00! Vocês estão inclusive desmoralizando o nosso município, um município da Região Metropolitana de Curitiba, o qual faz parte essa região há muitos anos nomeado pelo Jaime Canet Júnior, então governador. Não existe R\$3.000,00, não!

Deputado Anibelli, V. Exa. que entende de terra neste Estado do Paraná... o deputado Anibelli se associa à compra também desses alqueires de R\$3.000,00 que hoje aqui falaram na Assembléia, o deputado Edno Guimarães também se associa na compra desses alqueires e aqui o deputado Divanir Braz Palma também se associa.

Por isso, senhor presidente, deixem os municípios com autonomia, eles têm que ter autonomia. Vamos nós, deputados, atender a Segurança. O povo está morrendo! Ontem, em Campo do Tenente mataram um vereador, porque a Delegacia não tinha policial da Secretaria da Segurança para cuidar do preso, que saiu da Delegacia, foi festar, passear na cidade, e matou um vereador. É isso que cabe a nós: segurança; educação, mas não ficar se intrometendo nos municípios. A autonomia tem que ser

assegurada, a autonomia do Direito: o município decide se é bom para Mandirituba, para a Fazenda Rio Grande, tudo bem! Se Curitiba recebeu o lixo até hoje, porque os outros municípios não recebem?

Mas eu encerro as minhas palavras, senhor presidente, dizendo aqui: eu não estou me manifestando nem a favor nem contra, porque o processo está sendo levantado pelo povo de Mandirituba e pelo povo da Fazenda Rio Grande.

Obrigado!

#### O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente, fui citado e devo uma satisfação aos membros da Comissão.

O deputado Cartário sabe perfeitamente que a viagem de hoje de manhã foi acertada aqui no plenário e foi comunicado aqui no plenário publicamente e se alguém falhou em não convidá-lo por escrito foi a nossa assessoria da Comissão de Meio Ambiente, a qual vamos discutir na sequência.

Agora, não quero entrar no mérito se o município tem ou não autonomia, eu quero entrar no mérito que quem dá a licença para um depósito de lixo é o IAP, Instituto Ambiental do Paraná, que é do Estado e o impacto ambiental tem sim a ver com o Estado, tem sim a ver com os municípios da região, tem sim a ver com a população da região metropolitana e o que nós estamos denunciando é um possível conluio de algumas empresas internacionais com brasileiras, com alguns municípios que vão cobrar muito mais caro o lixo e não queremos entrar no mérito se lá é o local adequado ou não! Em algum lugar tem que ser depositado o lixo!

Agora, nós, enquanto representantes do povo, não podemos nos calar! Nós temos que debater, sim! Esta é uma Casa que leva à população o conhecimento daquilo que está acontecendo! Então, por que alguns empresários já compraram aquela possível área? Então, ele que vá ganhar a concorrência! E ele junto, é a Cavo junto com uma outra empresa internacional. Ou não é verdade? Agora, eu tratei muito bem o prefeito, o deputado Algaci Tulio também, conversamos civilizadamente, olhamos os pinheiros, olhamos a área e eu acho que nós não cometemos nenhum pecado ao nos dirigirmos ao município de Mandirituba; afinal, é um município que compõe a nossa metrópole.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Eu também fui citado, senhor presidente. A gente paga pelo zelo, a gente paga pela vontade de prestar serviço a este Paraná, a gente paga por estar presente, e não pela omissão.

Eu ontem entendi perfeitamente a convocação feita pelo deputado Neivo Beraldin para que os integrantes da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente comparecessem a Mandirituba e eu tão logo terminei meu programa de rádio, tinha um outro compromisso, mas deixei e fui me

encontrar no local de acesso aonde se pretende instalar o novo aterro sanitário.

Nós entendemos perfeitamente a posição do deputado Geraldo Cartário e reconhecemos ser o líder da região. Foi prefeito de Mandirituba, criou o município da Fazenda Rio Grande, temos o maior respeito pelo deputado Geraldo Cartário. Agora, não temos culpa se o deputado Cartário tinha outros compromissos e não pôde comparecer. Nós lá estivemos. E nós, deputado Cartário, não estamos denunciando nada! O deputado está informando que não estava aqui e não ouviu a convocação.

Então, o que eu queria dizer é o seguinte: nós não estamos denunciando nada. Nós estamos fazendo o mínimo que temos que fazer que é fiscalizar quando, por exemplo, aqui, professores, ambientalistas e moradores criaram ontem a Comissão Permanente da Cidadania de Mandirituba. Eles pretendem discutir medidas para evitar a construção do lixão em uma área adquirida pela empresa Cavo na localidade de Diamante. A Comissão alega que nascentes, córregos e araucárias centenárias existentes na área devem ser preservadas. A concessão do lixo ainda não foi licitada, matéria do jornal Gazeta do Povo. Foi em cima disso aqui e convocados pela Amar, uma Comissão de Defesa do Meio Ambiente é que nós lá comparecemos. Foi o mínimo que nós fizemos, ir ver de perto a situação, ouvir as pessoas, conversarmos civilizadamente com o prefeito Chemin, ele se colocou à disposição da Comissão para debater aqui na Assembléia ou lá na Câmara Municipal, em alguma audiência pública que esta Comissão também deverá fazer na localidade de Mandirituba.

Portanto, quero dizer ao deputado Cartário, tenho o maior apreço por V. Exa. Lamento, sentimos a sua ausência, porque ninguém mais do que V. Exa. teria condições de nos auxiliar hoje pela manhã, mas certamente vai se incorporar a esta nossa Comissão, a este debate, para que a gente possa ajudar. A Assembléia não quer atrapalhar; a Assembléia quer trabalhar, quer fiscalizar e fazer aquilo que é de melhor para a população do nosso Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Presidência se associa ao deputado Pastor Edson Praczyk e à deputada Serafina Carrilho e registra a presença do vereador João Barbiero, de Ponta Grossa, presidente do PL daquela cidade.

Sinta-se em casa e agradecemos a sua visita.

Ainda no Horário das Lideranças: PDT.

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados. O presidente em exercício, Augustinho Zucchi, noticia através dos ilustres companheiros Serafina e pastor Edson, da Oposição, a presença do nosso prezado amigo, presidente do PL, de Ponta Grossa, vereador João Barbiero, que foi secretário de governo, dando mostras que a juventude, quando participa de uma administração e,

principalmente, de um mandato eletivo, faz com que nós, de um pouco mais de idade, possamos reconhecer que no dia de amanhã neste plenário aqui estarão vereadores iguais a ele outros melhores que nós, para tentar dizer aquilo que desejamos, que é o bem-estar da família paranaense.

Eu queria também, senhor presidente, cumprimentar o deputado Geraldo Cartário, que de uma forma brilhante falou em defesa do seu município, onde ele teve a honra de ser prefeito, Mandirituba. E onde também ele relata a falta de segurança que, infelizmente, teve ceifada a vida de um vereador, por falta de segurança e estrutura policial, para dar tranquilidade à família de Mandirituba. Vejam que, apesar do ilustre deputado ser da base aliada do governo, ser um homem que dá sustentação, através do seu voto, das suas ações, aqui, no plenário, para o governador Jaime Lerner, a reciprocidade não é a mesma. Com a lealdade que possuí o ilustre deputado, o governo não responde com aquilo que lhe é direito, não a si e nem à sua família, mas à sua cidade e sua região.

Nós, da Oposição, estamos cansados, por Ponta Grossa, pela região dos Campos Gerais e pelo Paraná, senhor presidente.

Tivemos no último domingo, e o vereador que aqui se encontra hoje pela manhã, esteve conosco, enterrando e fazendo parte do cortejo fúnebre de um simples trabalhador de um posto de gasolina, posto BP de Ponta Grossa, onde três assaltantes adentraram ao ônibus e assassinaram esse frentista, atirando também em seu cunhado, em uma falta tal de segurança, que nossa cidade se encontra.

Mandirituba e Ponta Grossa são as que estou relatando e a todos os quadrantes do Estado, a falta de sensibilidade do governador, quando em um aparato de guerra, comparece em nossa cidade, isola dez quadras, movimenta centenas e centenas de policiais, ilustre deputados José Maria Ferreira, para ter a sua segurança pessoal. Com medo de quem? Alguém que vai lhe atirar? Alguém que vai lhe fazer mal? Não! Alguém como os professores que vão portar faixas e dizer: “Lerner, você é mentiroso. O seu plano de saúde é mentiroso igual a você. O seu governo é um governo de fachada e de divulgação. Não é um governo de realizações no interior do Estado e na segurança pública do nosso Paraná”. Essas são as faixas, essas são as armas da verdade que o governador não quer assistir e não quer ver.

Um coronel despreparado, da Casa Militar, chama o major responsável pela segurança e comandante do nosso Batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa e dá a seguinte ordem: “Major, prenda e arrebente tudo e acabe com aquilo, porque o governador não merece ver isso”. O major que no meio daquelas pessoas, da Praça Barão do Rio Branco, tinha sua esposa que é professora e suas colegas, os seus amigos da universidade, que reclamavam por melhores salários.

Por atenção, não cumpriu a ordem do coronel, à Casa Militar, senhor presidente. E disse ainda mais: “sei

que posso ser penalizado e que o comandante da Polícia Militar pode me dar alguma sanção, para não cumprir essa ordem, mas ordem absurda, eu não cumprio”. E não cumpriu. Lá ficaram os manifestantes na minha cidade e na mesma hora, ele se dirigiu ao deputado Plauto Miró Guimarães e disse: “Mandaram me bater nos professores. Eu não cumpro a ordem. Estou lhe alertando, deputado, porque amanhã ou depois posso ser penalizado por isso”. Nós estamos relatando uma vez mais, porque estaremos vigilantes. Se o major comandante da Polícia Militar, do nosso batalhão for penalizado, estaremos entrando com uma representação criminal contra o coronel que deveria ser comandante da Gestapo, no tempo do Hitler, para dar uma ordem dessa natureza. Quero ver se o comandante Foltran vai ter a petulância de punir um oficial correto, digno e honesto, que não quis bater naqueles que só reivindicaram, através de faixas, uma atenção melhor desse governo mentiroso que aí está.

Tenho certeza que não vai haver punição alguma.

Encerro, pedindo que agora, no dia 4, anunciam a inauguração da ligação de mais de uma dezena de anos, de poucos quilômetros, Guaragi-Teixeira Soares. Lá estará o governador de novo. Eu acho que ele vai lá. Teria a condição de ir, mas eu, se fosse ele, teria vergonha de lá comparecer. Aquela obra deveria estar pronta há muitos e muitos anos atrás. Aquela obra foi a vergonha do seu governo, principalmente da Secretaria dos Transportes. Não tiveram a coragem de fazer um pequeno trecho de ligação que muitas e muitas vezes foi reivindicado aqui por diversos deputados, inclusive por esse, e agora anunciam uma inauguração bombástica, uma festa espetacular...

#### **O Sr. Nelson Justus**

V. Exa. concede-me um aparte?

**(Assentimento)**

Estava ouvindo com muita atenção a sua explanação e realmente fico, cá com meus botões, a indagar de nós políticos o que é que nós queremos. Ora, se não inaugura, se não faz a obra que está paralisada, é porque não faz. Então, um governador para uma ponte por quatro anos e o outro recomeça e é criticado. De repente, uma obra importante como essa da sua região, que é de Guaragi a Teixeira Soares, que ficou paralisada por um bom período, de repente, recomeça-se essa obra, aliás, foi enquanto eu estava secretário dos Transportes, atendendo o clamor da gente dos Campos Gerais e agora, não podemos inaugurar! Somos criticados porque inauguramos!

Então, aqui entre nós e sem que ninguém nos ouça, é tempo de pararmos de demagogia e buscarmos o resultado. O povo quer o resultado, seja atrasado ou não, mas a estrada está lá e essa, não é V. Exa. que vai tirar, e eu vou estar lá pessoalmente para inaugurar essa estrada, já que fomos nós que fizemos.

É um direito nosso. Se demorou, temos o dever de pedir desculpas à população pela demora, mas antes tarde do que nunca.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Eu agradeço o aparte do deputado Nelson Justus e queria rememorar que o secretário Heinz Herwig mentiu, como mentiu o governador e temos os recortes dos jornais dizendo que em 90, 120 ou no máximo em 150 dias aquela estrada estaria pronta. O Heinz está de “barba a fazer” no Tribunal de Contas do Estado a estrada não saía. V. Exa. chegou lá na Secretaria dos Transportes e também não cumpriu aquele prazo pré-estabelecido no jornal, na inauguração. V. Exa. saiu da Secretaria e aqui se encontra de volta, como querido parlamentar que é...

#### **O Sr. Nelson Justus**

A estrada foi feita sozinha. De repente, está pronta e foi feita sozinha. Acho que foram os morcegos que a fizeram...

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Muito bem. Nós não somos contra a inauguração.

Somos contra a tapeação, igual à da Copel. V. Exa. vai me dizer agora que é a favor da não venda da Copel, igual ao governador? V. Exa. mudou a sua opinião sobre a Copel?

Eu tenho coerência! Eu fui contra a venda da Copel e não vou mentir na televisão que a Copel não dever ser vendida. Primeiro, mentiram. A Copel tem que ser vendida para pagar os funcionários públicos do Estado, porque senão os inativos não recebiam.

#### **O Sr. Nelson Justus**

Mas a estrada lá em Guaragi-Teixeira Soares, e V. Exa. vai passar lá na estrada asfaltada.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

E o que é que aconteceu, senhor presidente?

Agora, S. Exa. o governador diz que não quer vender a Copel. Por quê? Porque o Supremo Tribunal Federal fez, através de nós que entramos com uma petição e aqui está o deputado Beraldin que esteve conosco. Não pode vender a Copel. Por isso, agora ele vai à televisão e diz: “Não precisa mais vender, foi sanado, não precisa mais nada!” Ninguém é contra estrada alguma. Somos contra a tapeação de um secretário ir na minha cidade e dizer que em 120 dias a obra estaria pronta. Mentiram! Tenho os recortes de jornais. Lá está a obra efetivada que nós agradecemos, mas a mentira lá campeou.

Concedo aparte ao deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Zuk. V. Exa. está cheio de razão.

Além do que, foi feito com o dinheiro público. É o dinheiro do povo do Paraná que foi aplicado lá. Não é dinheiro desse ou daquele governante, como foi com o dinheiro público que foram feitas aquelas pontes na divisa com Mato Grosso e que já se gastou o dobro do que valia na construção e agora se gasta outro tanto em publicidade e propaganda.

V. Exa. está cheio de razão.  
Meus parabéns!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerro, senhor presidente dizendo uma vez mais que cumprimento o término da obra, mas não admito e não engulo mentira desse governador mentiroso e de alguns secretários que também não cumprem com a palavra.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do vice-prefeito de Nova Aurora, meu querido amigo Cláudio Xavier, acompanhado do vereador Maximino que se encontra na tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Registrado.

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PT.

Deputado Ângelo Vanhoni, com a palavra.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, apenas um breve comentário na polêmica entre os deputados Luiz Carlos Zuk e Nelson Justus.

Parece-me que, o que tem para se questionar em relação à ponte de Porto Camargo, são os altos preços cobrados na realização da Ponte, sendo que as principais obras já estavam concluídas nos governos anteriores.

O que me traz à tribuna hoje, é uma notícia que foi veiculada pela Rede Globo em todo o território nacional, e que diz respeito à cidade de Maringá. O prefeito Celso Daniel foi assassinado por um grupo de dez seqüestradores no começo do ano, crime que abalou o país inteiro. A polícia do Estado de São Paulo e a Polícia Federal, acabaram identificando toda a quadrilha. Apenas duas pessoas, desse grupo de dez, estão foragidos, inclusive, a reconstituição do crime, com o réu confesso, um rapaz de 17 anos já foi realizada na rodovia que liga Curitiba a São Paulo, em Jucituba, perto de São Paulo.

A notícia que temos de ruim, em relação à Maringá é que, depois de presos os seqüestradores, dois envolvidos com a morte do prefeito Celso Daniel, estiveram no mês de janeiro, perambulando pelo Estado do Paraná e esses dois teriam parentes na cidade de Maringá.

Trafegando pela cidade de Maringá foram presos com um carro com documentação irregular, e presos, ficaram uma noite na delegacia e posteriormente foram liberados.

Pois bem, aí já tinha transcorrido perto de 20 dias após o assassinato do prefeito Celso Daniel. Esses dois rapazes foram presos na Bahia, e quando conduzidos a São Paulo, confessaram que estiveram escondidos na cidade de Maringá, que lá foram presos, e depois da pri-

são teriam dado recursos aos policiais da delegacia de Maringá, para que fossem liberados. Inclusive fala-se dos valores, uma caminhonete D-20, uma casa, R\$15.000,00, em dinheiro, que foi repassado, se não me engano, para dois policiais, um escrivão e um delegado da cidade de Maringá.

Eu vi, na semana passada, que a Corregedoria da Polícia Civil do Paraná, que é comandada pelo meu amigo, delegado Adauto, afastou o corregedor de Maringá porque identificou problemas na investigação de Maringá.

Nesta Sessão de hoje, estou colocando um requerimento, dirigido ao diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná, para que traga à Assembléia Legislativa as informações a respeito do envolvimento dos policiais, se é verdade, no depoimento dado pelos presos e se é verdade aquilo que o corregedor, que foi afastado, falou à imprensa do Paraná e do Brasil inteiro, de policiais de Maringá realmente estarem envolvidos, na corrupção, inclusive disse os nomes dos policiais no envolvimento de propina com esses seqüestros que acabaram matando o prefeito Celso Daniel.

Gostaria de ter o apóio dos deputados para que este requerimento fosse aprovado, porque esse tipo de coisa, se é verdade, nós não podemos permitir mais que aconteça, no Estado do Paraná! É esta prática que o sentimento de impunidade, que a violência e a insegurança acabam se consolidando, na sociedade em que vivemos.

Concedo o aparte ao deputado Divanir Braz Palma.

**O Sr. Divanir Braz Palmas**

Eu ouvi, com atenção, o pronunciamento de V. Exa. e quero informá-lo que nós também estamos acompanhando, *pari passu* essa investigação que envolve alguns policiais da cidade de Maringá, a qual representamos aqui na Assembléia Legislativa, e tivemos uma conversa, semana passada, com o secretário Tavares, e também com o delegado-chefe da Delegacia Regional de Maringá, doutor Maurício. Devemos adiantar que a investigação, ilustre deputado Vanhoni, está sendo procedida mas de uma forma serena, tranqüila, e o resultado vai sair em breve; promessa do nosso secretário Tavares. O nome dos envolvidos não está sendo divulgado agora por uma questão de segredo de Justiça, mas eles serão punidos severamente.

Agora, devo ressaltar, o delegado Maurício, que responde pela Regional de Maringá, é uma pessoa acima de qualquer suspeita. O delegado Nilson também, que é o delegado adjunto.

A comunidade toda está a favor da permanência desses senhores, porque houve uma notícia que todo o comando da Polícia Civil de Maringá seria tirado de lá, seria transferido, e a comunidade toda está solicitando ao Tavares para que permaneçam o delegado adjunto, Nilson, e o delegado chefe, Maurício.

Devo dizer a V. Exa. também que, se depender de mim, da minha assinatura, para averiguação, pode contar

comigo, porque eu também quero que esses fatos sejam esclarecidos e os nomes dos policiais que participaram desse ato de corrupção, e que sejam punidos severamente.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Só para concluir, senhor presidente. Eu não sei se os policiais estão envolvidos. As notícias que tenho e o apelo que recebi é do grupo de deputados estaduais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sobretudo do deputado Federal Luiz Eduardo, que acompanhou os depoimentos de todo o processo e investigação, em função da comissão que acompanha, por ser do PT, um prefeito do PT e participar da Comissão de Direitos Humanos e de Segurança Pública do Congresso Nacional e que acompanhou todo o processo dos depoimentos a respeito desse caso e do prefeito Toninho, da cidade de Campinas, no Estado de São Paulo.

Então, há uma cobrança de promotores da Comissão de Segurança Pública do Estado de São Paulo que me contataram para que acompanhasse as investigações a respeito do envolvimento, do possível envolvimento de policiais da cidade de Maringá. O que me surpreende é que um policial corregedor deu uma notícia à imprensa a respeito dessa investigação confirmando, inclusive falando nestes termos que estou falando, confirmando os valores que teria sido recebido, e que por este procedimento teria sido afastado, ou outros procedimentos. Não quero entrar no mérito.

Não sei se é verdade que os policiais de Maringá estejam envolvidos. O que nós devemos cobrar é uma rigorosa apuração, nem que seja necessário que a Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa vá até São Paulo, tome conhecimento dos depoimentos, entre em contato com a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, tome contato com os deputados que existem, com o Ministério Público, e ajudem na investigação. Porque se policiais estiverem envolvidos com crimes desta natureza, como sabemos que outros policiais estiveram envolvidos com crimes de natureza pior que esta, no Estado do Paraná, é preciso que coloquemos isto a limpo, de uma vez por todas, para segurança da sua comunidade de Maringá e de todos nós, do Estado do Paraná.

Permito aparte ao deputado Nereu Noura e na sequência ao deputado Ricardo Chab.

#### O Sr. Nereu Noura

Deputado Vanhoni, V. Exa. aborda um assunto palpitante. Queria dizer, na verdade, que V. Exa. disse que não há certeza que os policiais estejam envolvidos. Não há certeza, mas, há bastante indicativos de que efetivamente ocorreu o crime de prevaricação, suborno e corrupção na cidade de Maringá. Há indícios.

Agora, meu aparte é para ressaltar dois pontos. O primeiro: ultimamente estes dois fatos, na verdade, monopolizaram a atenção brasileira. O fato da morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel, do Partido dos

Trabalhadores, e o fato do envolvimento da Sudam em projetos de falcatruas que estão ocorrendo no Estado de Alagoas. E o Paraná, coincidentemente, está envolvido nos dois episódios. Mas, do lado negativo, do lado mais pernicioso.

Lá no Maranhão o Paraná está envolvido no financiamento dos dois projetos agropecuários; há duas empresas envolvidas até o cabelo em falcatruas, que é a Nova Holanda e a Agrima, a Usimar, com dinheiro da Sudam e da Copel. Dinheiro do povo do Paraná. E o outro ponto é o envolvimento da polícia do Paraná com os seqüestradores do prefeito de São Paulo, Celso Daniel.

Então, eu queria ressaltar, deputado Vanhoni, essas duas coincidências negativas para o Paraná e que envolve o governo do Estado, porque já não é a primeira vez que estamos nessa situação.

Quando houve a questão da CPI Nacional do Narcotráfico, que V. Exa. participou daquela Comissão, aqui na Casa, o Paraná também esteve envolvido de forma negativa, com setores da nossa polícia com o crime organizado do Brasil e até hoje ainda há consequências daquela investigação.

Para a nossa tristeza, a gente acompanha pela imprensa que há policiais do nosso Estado envolvidos escandalosamente com esse crime hediondo e perverso que enlutou o Brasil inteiro ceifando a vida do prefeito Celso Daniel.

Então, eu quero parabenizá-lo, e dizer que esses dois pontos marcam o Estado do Paraná no cenário nacional.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Agradeço o seu parte.

É preciso corrigir setores da Polícia Civil e da Polícia Militar. A polícia do Paraná poderia ter tido as luzes da imprensa nacional se cumprisse o seu dever, quando esses moços foram presos lá na cidade de Maringá, identificando e prendendo os seqüestradores de um prefeito, seja de que partido for, da forma cruel e bárbara como foi feito com o Celso Daniel no Estado de São Paulo. No entanto, preferiram o contrário, preferiram o suborno, se são verdades todos os indícios.

Preferiram o suborno, a corrupção, a prevaricação, estar do lado dos bandidos, do que cumprir o seu dever e ajudar a elucidar um crime hediondo como foi a morte do prefeito.

É esse o estado da polícia no Paraná, em que pese o trabalho do secretário da Segurança Pública, uma pessoa que eu conheço, porque fui deputado junto com ele há quatro anos atrás, o secretário José Tavares, a polícia do Estado do Paraná não vai bem e os radialistas, os homens de comunicação, os deputados que trabalham e têm convivência com o crime no nosso Estado, sabem do que eu estou falando. Os exemplos, as notícias de policiais envolvidos em crimes no Estado do Paraná nesses últimos anos, no lugar de ter diminuído, só tem aumentado.



É preciso que a gente volte a tomar conta deste assunto, inclusive delegados que até ontem estavam pairando sem nenhuma dúvida sobre o seu comportamento na nossa sociedade.

Aliás, é preciso fazer uma pergunta. Vários deputados já vieram e até agora a morte de um ex-deputado não foi elucidada.

Dizem o seguinte nos bastidores, talvez o deputado Ricardo Chab conheça um pouco do assunto, eu conheço um pouco porque esbarrei na minha vida na atribuição que tive na condução da Comissão do Narcotráfico, do crime organizado.

O que corre à boca pequena, em todo o Paraná nos meios da segurança pública, todo mundo sabe quem matou o deputado Tiago Amarin.

Ora, se começa a ventilar esse tipo de informação aos borbotões ao âmbito da segurança pública no Estado do Paraná, de quem se preocupa, de quem pergunta, eu faço a seguinte pergunta:

- Qual é o encaminhamento desse processo?
- O delegado não vai cumprir a sua função?
- A Polícia Civil não vai chegar ao culpado?
- E a Assembléia Legislativa não vai chegar a nenhuma conclusão sobre esse crime hediondo?

O fato é que o deputado foi assassinado barbaramente e a Assembléia Legislativa e a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná não tomam providências para elucidar um crime desta natureza.

**(Passa a usar o horário da liderança da Oposição)**

#### **O Sr. Ricardo Chab**

Eu gostaria, deputado Vanhoni, antes demais nada, elogiar a sua atitude de subir à tribuna e tratar desses dois assuntos que eu reputo de muita importância para nós.

Primeiro, a questão da possível prisão, a extorsão lá do caso que envolve os autores da execução de um prefeito neste Estado.

O pior agora, além disso queria fazer uma analogia, o senhor fez muito bem, por isso o motivo do meu aparte.

O delegado de polícia da Corregedoria que estava lá em Maringá e que revelou o nome à imprensa, foi afastado. Porque revelou o nome dos policiais que teriam extorquido os bandidos. Aquele que revela que seus companheiros de instituição são relapsos, cometeram o crime da extorção, esse foi punido imediatamente. Foi afastado do caso, que é o delegado Aroldo.

O senhor colocou bem e todo mundo sabe. Basta andar hoje em Cascavel ou em qualquer canto onde atuava o deputado Tiago Amarin e perguntar para a dona de casa, para o empresário, para o comerciante, perguntar para qualquer um a quem recai a maior suspeita na execução do deputado Tiago? Vão falar: é da polícia. A voz única; todas as pessoas falam a mesma coisa.

A suspeita número um recai sobre membros da Polícia Civil, com quem o deputado Tiago Amarin,

segundo as informações, estaria num duelo efervescente, e é a própria instituição que está investigando.

Ora, é uma coisa absurda. Membros da instituição policial civil são citados como suspeita e a própria instituição investiga!

Quero insistir nisso novamente neste plenário. Gostaria que a Mesa Diretiva da Casa solicitasse muita transparência. Que a investigação da morte do deputado Tiago Amarin fosse feita pela Polícia Federal. E que os agentes da Polícia Federal não sejam do Paraná, que venham de outro Estado, para sabermos ao certo por que é que mataram o deputado Tiago Amarin e qual foi o motivo da execução. Não podemos passar para a história com um deputado executado sem que conheçam o autor.

Louvo aqui mais uma vez o seu partido que não mediu esforços, todos os membros do seu partido, não só do seu partido, mas de todo o Estado de São Paulo voltaram a atenção quando um prefeito foi executado.

Nós aqui, não! Mataram um deputado. Foi executado. E a coisa foi palavras ao vento.

Está faltando sim dedicação da Assembléia como Poder. Porque não sabemos os motivos da execução do deputado Tiago Amarin. Qual é a razão? Política? Uma desavença? Uma encrência regional localizada? Uma desavença com alguém da Polícia Civil ou da Polícia Militar? Não sei. Pode ser passional? Não sei também. Não sabemos absolutamente nada.

Quero mais uma vez apelar para que todos nós, porque deputado Ângelo Vanhoni, o senhor passou por uma CEI. Viu a pressão que recebeu quando o senhor foi relator de uma comissão especial que preparava a vinda de uma comissão maior. Nós também passamos a mesma pressão.

Não podemos admitir, porque ontem foi o deputado Tiago Amarin, amanhã pode ser qualquer um de nós e por um motivo muito menor. Onde está o respeito? Calar o deputado à força, à bala?

Quero parabenizá-lo, primeiro, a união que vocês tiveram para elucidar o caso do prefeito morto é um exemplo para todos nós.

Segundo, quero aqui chamar à atenção de todos nós inclusive do Ricardo Chab, na questão do caso do deputado Tiago Amarin. Não podemos deixar assim.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)**

Só para responder ao deputado Ricardo Chab. Semana que vem faremos uma Sessão Secreta só com os parlamentares e a polícia, o secretário da Segurança, o comandante da Polícia Militar, a cúpula da Polícia Civil e o delegado que está acompanhando o inquérito. Exclusivamente com os parlamentares.

#### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

Agradeço a informação e queria sugerir isso ao deputado Ricardo Chab: caso as informações não viessem, para nós não restaria outra coisa a não ser convocar

o secretário da Segurança para aqui trazer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para responder ao deputado, tomamos essa providência; já acertamos para semana que vem. Será na terça ou quarta-feira, uma reunião secreta, fechada, só dos senhores parlamentares com a cúpula da Polícia e da Segurança Pública.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Levantei a questão e quero aqui, ao mesmo tempo, parabenizar a atitude da Presidência da Casa, porque sei que não é do feitio do presidente esconder as coisas. Acho que nós devemos a obrigação ao Paraná de mostrarmos e exigirmos da polícia a elucidação do caso.

Parabéns, presidente e muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Só para deixar claro ao deputado Vanhoni. O deputado Hermas e todos sabem: Neste canto aqui (**faz indicação**), o deputado Tiago estava nervoso e me chamou naquela porta ali (**faz indicação**). Ele estava junto com o Ricardo Chab e me disse: “Deputado Alborghetti, estão acobertando o assalto a um carro pagador que trazia um milhão de dólares de Cascavel e Curitiba...”

O SR. ÂNGELO VANHONI

Novecentos mil dólares, deputado!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

É por aí, mas tinha mais um tanto, que é outra história...

... veio vinte quilômetros e em São Luís do Purunã esse carro foi atacado e levaram o dinheiro. Eu fui à televisão e cobreí esse assalto. Terminado o meu programa, quando retorno à sala, recebi um recado da Delegacia de Furtos de Veículos de que o carro com o qual havia sido praticado o assalto tinha sido recuperado, mas os ladrões não. “Aí tudo bem.

No último dia do Parlamento que cheguei naquela viradinha (**faz indicação**), o deputado Tiago, na minha frente, na frente do...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Só para recuperar a memória, isso foi perto do dia 22, 23 de Dezembro.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

É por aí, foi o último dia antes do recesso.

O Tiago entrou ali naquela esquina, virando ali (**faz indicação**), sacou de um revólver que eu nunca tinha visto aquilo, prata, e disse para mim e ao deputado Ricardo Chab: “Estou indo para Cascavel para matar ou para morrer. Não sei se volto mais!”

Um dia antes do assassinato do Tiago, ele foi a Assis Chateaubriand numa festa, acompanhado de seis seguranças.

E o que me causou estranheza, e faço essas perguntas até hoje, não sou o dono da verdade, não tenho uma bola de cristal, não tenho uma mediunidade para que me traga os assassinos, faço uma pergunta:

Por que é que no dia que ele saiu do apartamento não tinha um segurança dando proteção a ele e um dia antes tinha seis?

No dia que ele entrou no carro da Assembléia para ir a uma festividade foi simplesmente assassinado, tentou reagir, não conseguiu e...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Quer que lhe diga mais uma coisa?

A perícia vai confirmar quando o Secretário vier aqui, porque nós vamos perguntar e isso pode ficar público, já que era de conhecimento da perícia: ele sacou a pistola dele que é uma 45, atirou, e a bala não detonou. Então, há uma série de coincidências que envolvem a morte do deputado Tiago, que vai dizer o seguinte: não é crime passionai, como alguns tentaram dizer.

É brincadeira!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Não, isso é palhaçada! É uma gozação.

Só para encerrar, não só eu, como o deputado Ricardo Chab, que militamos na área policial...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Mas, o deputado Tiago sabia, tinha indícios de quem roubou o carro? Por isso que ele morreu?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Isto. Por isso que ele morreu, porque ele ia dizer os nomes. No dia seguinte que ele ia dar “o nome aos bois”, ele foi assassinado um dia antes.

Era uma grande guerra que existia no Oeste do Paraná, e o crime organizado, “dou a minha cara a cuspir”, está centralizado em Foz do Iguaçu.

Só para encerrar, só um segundo, o deputado Ricardo Chab foi ameaçado há um mês atrás, e olha, o deputado Caíto tem razão. Temos que preservar esse Parlamento.

O senhor sabe o que recebi sábado à noite?

Recebi uma bala num envelope e um bilheteinho: “Você é a bola da vez”.

E daí, o que vou fazer?

Não tenho medo de morrer. Vou continuar como parlamentar, defendendo o meu Parlamento, defendendo os 54 deputados honrados que tem aqui dentro, como V. Exa. o é, como o presidente desta Casa o é, como o 2º secretário o é, como o 1º secretário o é, todos os deputados e a ilustre deputada. Não tenho medo de morrer.

“Não fui desmamado com garapa”. Fui amamentado com o leite da senhora minha mãe.

Não tenho medo de morrer.

Agora, tudo o que você fala aqui, parece que tem alguém gravando, tudo o que se fala na televisão eles gravam e querem nos destruir.

Então, estamos correndo risco de vida, sabe por quê, deputado?

Por defendermos a família neste Parlamento do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Antes do senhor pedir pela ordem, gostaria de me despedir, porque meu horário já se encerrou. Então agradeço.

Era isso que eu tinha para proferir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queria dizer aos nobres deputados que tenham entendimento porque nós temos mais 3 Sessões pela frente: deixar esse assunto para depois que ouvirmos aqui a área de segurança do Estado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Antes porém, queria cumprimentar V. Exa. por tomar essa atitude, por convocar os responsáveis da área policial, porque efetivamente, com essa atitude, V. Exa. está dando um exemplo ao Paraná, que a Assembléia Legislativa não vai se calar diante da perda de um colega nossa aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PPB, PMDB, deputado Nereu Moura.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Eu queria louvar também a sua iniciativa porque esse caso que está em suspenso, gerou uma angústia total em todos os Parlamentares desta Casa.

Tenho certeza absoluta que cada companheiro quando chega aqui e lembra de Tiago Amorim, fica com a consciência pesada porque também está na dúvida. E essa angústia invade a todos nós.

Então, parabéns, senhor presidente. Espero que essa reunião seja bastante produtiva, para que se elucide de uma vez por todas o que tem por trás da morte do nosso querido companheiro Tiago Amorim.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente.

Hoje o Supremo Tribunal Federal irá proferir sentença em relação a uma proposta nas eleições de outubro.

Estamos ansiosos para sabermos qual será o cenário possível das eleições deste ano no Paraná e no Brasil.

Mas quero falar aqui, senhor presidente, que nós do PMDB ficamos engessados, naturalmente, com essa decisão, se ele persistir.

Porque o campo em que estávamos atuando, visualizando as eleições deste, ano era outro.

Nós gostaríamos de ter uma aliança com os partidos com quem nós nos relacionamos aqui nesta Casa.

Esse era o campo político que nós visualizávamos para fazer uma composição.

Agora, nós temos observado a imprensa sugerir diversas alternativas para o PMDB, mas quero dizer aqui aos senhores deputados e à imprensa e ao Paraná: o PMDB é um partido organizado nos 399 municípios do Paraná. O PMDB tem prefeito, vice-prefeito, vereadores, ex-prefeitos, lideranças sindicais. Um partido que tem militância em qualquer lugar deste Paraná. Se formos em Icaraíma, na barranca do Rio Paraná, em qualquer comunidade, iremos encontrar pessoas que só votam em candidatos do PMDB. Talvez seja o único partido que tenha uma militância extraordinária. O PMDB tem um patrimônio extraordinário, que é a militância, que é o povo.

Por isso, senhor presidente, o PMDB não abre mão de disputar esta eleição com candidato a governador no Paraná, aconteça o que acontecer a nível de Brasília, venha o que vier, o PMDB terá candidato a governador no Paraná e fim de papo. Ou nós estaremos coligados com alguém, ou não, mas um partido que possui a grandeza do nosso partido, que tem a militância que nós temos, que tem essa penetração popular que tem o PMDB jamais pode correr do páreo. Em hipótese alguma!

Então, essas elucubrações que surgem por aí de que o PMDB estaria para fazer aliança com o PSDB ou não sei com quem, não passa de miragem! Não passa pela cabeça da nossa militância, a não ser que a aliança seja feita para apoiar o PMDB, porque o PMDB não abre mão de disputar a eleição ou acompanhado ou sozinho a nível de partidos políticos, porque o PMDB é um partido, como eu disse, de uma riqueza inigualável em termos de apoio popular. As pesquisas de opinião pública dizem que o PMDB é o partido da maioria da população do Paraná e do Brasil, em que pese todos esses erros que a nível nacional tem ocorrido em torno do nosso Partido. Mesmo assim, a população tem, pelo PMDB, respeito e consideração, principalmente aqui no Paraná. Aqui no Paraná, em três oportunidades em que o PMDB governou o Estado, deixou uma marca impar de seriedade, de decência, de transparência, de progresso e de desenvolvimento.

Por isso, senhor presidente, a nossa Bancada do PMDB já tem claro isso em todas as reuniões com o senador Requião ou somente nós; não passa na nossa cabeça qualquer alternativa que não seja o nosso candidato próprio, o nosso senador Requião disputando o governo do Paraná.

Está muito claro para nós!

Então, essas informações que pipocam na imprensa daqui e dali, na verdade elas aparecem apenas para tumultuar, não para ajudar, porque o PMDB do Paraná, com toda essa estrutura, com toda essa formação, com todo esse cabedal não irá fugir da raia e estará presente nesta eleição para disputar esta eleição defendendo um plano de governo, uma proposta de governo de recuperação do Paraná, de encaminhamento do nosso Estado ao desenvolvimento e à Justiça Social.

Eu venho aqui em nome do meu Partido para comunicar o que o povo já sabe, para dizer aquilo que as pessoas já sabem: que não pode imaginar que o nosso Partido, o maior Partido do Paraná, irá a reboque nessa eleição - em hipótese alguma. Gostaríamos, sim, de fazermos coligações, de nos unirmos com pessoas que pensem como nós, que sonhem igual a nós, que lutem a luta que nós defendemos.

Mas, se isso não for possível, amanhã poderemos dizer com mais clareza, o PMDB irá à luta com esse patrimônio fantástico, que possuímos; iremos defender um Paraná novo e sem corrupção; um Paraná no trilho, voltado para o nosso povo; um Paraná que sonha e que cresce; um Paraná espelhado na força e na guarra do nosso povo.

Que fique claro a todos: este mês, esta semana, que é a Páscoa, as pessoas que aqui estão, que teimam em defender ou em divulgar uma informação que não seja correta, é bom, porque já vão para a Páscoa pensando, que o PMDB do Paraná vai ter candidato a governador, o senador Roberto Requião será o nosso candidato, não só para disputar, mas para ganhar as eleições.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL; PSDB; PTB; PPS.

Concedo a palavra ao deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. É de conhecimento de todos, que sem dúvida nenhuma, o mais democrático dos Poderes é o Poder Legislativo. A nossa Casa, o próprio presidente sempre tem dito é a Casa do povo, aberto, onde todas as ações dos parlamentares são acompanhadas pela imprensa e por todos aqueles que desejam assistir às nossas Sessões.

Falo isso, porque se procura individualizar obras públicas, ou como muito bem disse o deputado Waldyr Pugliesi, quando se finaliza obras públicas em benefício público, muitas vezes se comete injustiças com a Assembléia Legislativa. Quando um projeto ou requerimento é aprovado nesta Casa, ele deixa de ser um projeto de autoria do deputado que subscreveu e passa ser um projeto da Assembléia Legislativa, como um todo. Diversos exemplos de projetos que aqui foram apresentados: na semana passada o pastor Edson Praczyk, na nossa avaliação, foi tremendamente injustiçado por parte do governador Jaime Lerner, quando em um desrespeito a esta Casa, um

projeto que aqui foi aprovado, por unanimidade, o governador vetou e reapresentou-o em forma de mensagem. Ou seja, tirando praticamente todo o mérito e autonomia desta Casa. Acredito que todos nós, independente de partido político, de ser deputado de base de sustentação do governo, de oposição, todos nós deveríamos nos levantar contra atos dessa natureza.

Fica, aqui, senhor presidente, o meu repúdio, e espero que seja também da grande maioria dos deputados que aqui estão.

Apresentamos há alguns meses atrás um requerimento, para que tivéssemos implantado o credenciamento para o serviço de hemodinâmica do Hospital São Vicente de Paula. É importante afirmar a todos os deputados, que há 5 anos eu venho lutando por essa causa. Apresentei recursos no orçamento no ano de 1997; conseguimos que esses recursos fossem alocados no hospital, conseguimos recursos do Governo Federal, através do Reforsus; conseguimos recursos da Assembléia Legislativa, da ordem de R\$600.000,00, que conseguimos alocar nesse hospital, ao longo desses últimos 4 anos. Além disso havia a necessidade de conseguirmos que uma equipe médica se instalasse em Guarapuava e implantasse o serviço no Hospital São Vicente de Paula. Fomos atrás e conseguimos que uma equipe de Curitiba, uma das mais conceituadas do Estado do Paraná e do Brasil, que para lá se deslocou e fez um investimento aproximado de um milhão de dólares. Hoje, em Guarapuava, todos os serviços de hemodinâmica são feitos, desde o cateterismo, angioplastia, cirurgia do coração, enfim o serviço completo que apenas seis cidades do Estado do Paraná podiam oferecer aos seus municípios.

Mas, infelizmente, não conseguimos atingir o grande objetivo, que eu acho que é a luta de todos nós, que é de atender exatamente as pessoas carentes. Como esse serviço ainda não foi credenciado pela Secretaria Estadual de Saúde, hoje as pessoas para terem qualquer desses benefícios, cateterismo, angioplastia, cirurgia do coração, ou elas têm que pagar de forma particular, ou através de convênios.

Fizemos um requerimento nesta Casa, que também foi aprovado por unanimidade, solicitando ao secretário Estadual da Saúde para que fizesse esse credenciamento, ainda no ano passado, e isso vem sendo protelado, mês a mês. A última informação que nos passam é que agora no dia 2 de abril, teremos a reunião bipartite, que definirá, novamente, se esse serviço será credenciado ou não. E a minha preocupação, senhor presidente, e quero aqui, publicamente, agradecer-lhe, em nome do povo de Guarapuava, pelos recursos e pelo seu empenho junto ao secretário da Saúde, mas a informação que nos davam é que esse serviço não seria credenciado porque o requerimento parte de um deputado de Oposição, porque o empenho está sendo feito por parte de um deputado de Oposição!

E, como eu disse, no momento em que nós aprovamos um requerimento, ele deixa de ser do deputado

Cezar Silvestri e passa a ser da Assembléia Legislativa! E eu não posso aceitar, como representante de Guarapuava, como cidadão paranaense, que a minha cidade seja discriminada, que as pessoas carentes, não somente de Guarapuava, mas de 32 municípios do Estado do Paraná, da região Centro-Oeste, que serão beneficiadas, sejam discriminadas pelo fato de eu ser um deputado de Oposição, pelo fato de eu ter rompido com o governador Jaime Lerner, porque não me sujeitei votar contra o povo do Paraná!

Eu não vou aceitar isso calado e peço o apoio de todos os deputados aqui da Casa!

Para que todos os senhores tenham idéia, hoje, em Guarapuava, somente nesta semana, iniciou-se um abaixo-assinado e já foram coletadas mais de 15.000 assinaturas do povo. Somente de Guarapuava!

Por isso, aqui quero fazer um apelo ao deputado Fernando Ribas Carli, que representa Guarapuava, como eu; ao deputado Rossoni, que representa a região; ao deputado Miltinho Pupio, ao deputado Hermas Brandão, que também representam muitos municípios da região e já têm nos auxiliado neste sentido; ao deputado Nelson Justus, que também está representando alguns municípios recentemente, na região; ao deputado Pessuti, que já representa essa região, há muito tempo; deputado Litro, deputado Zuk e Nereu Moura. Eu acho que essa causa não é mais só minha, é da Assembléia e dos que representam essa região e que todos nos empenhemos.

Apresentarei requerimento solicitando ao secretário da Saúde para que efetive o credenciamento, e se isso não for atendido, deputado Durval Amaral, peço a vossa interferência, porque acredito que essa não é uma causa partidária, ela salvará milhares e milhares de vida. Eu fiz a minha parte, empenhei-me, procurando ajuda de todos os setores organizados da sociedade, ao longo dos últimos 4 anos. Acredito que se somarmos esforços, se deixarmos que essa causa seja transformada numa causa política, nós vamos conseguir esse credenciamento, porque o argumento de dizer que o governo do Estado não tem recursos para fazer esse credenciamento, não nos convence.

Esteve aqui, há 20 dias atrás, infelizmente com a participação íntima dos nossos colegas deputados, o secretário Hübert, da Fazenda, e dizia que a situação financeira do governo do Estado era ótima, que aqueles que pregavam a falência do Estado, estavam pregando no vazio, porque o Estado estava numa situação privilegiada financeiramente, e vários deputados da base do governo se pronunciaram nesse sentido.

Se a situação financeira do Estado é ótima, se a causa é justa...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito para V. Exa. concluir seu pronunciamento, porque temos mais três Sessões pela frente.

**O SR. CEZAR SILVESTRI**

Não vejo então porque esse serviço não seja credenciado.

Concedo aparte ao deputado Marcos Isfer.

**O Sr. Marcos Isfer**

Agradeço.

Infelizmente temos notado um novo direcionamento do governo do Estado de uma forma lamentável. O povo não é de Situação ou de Oposição, principalmente quando precisa de saúde, de amparo. O povo não pode e não deve pagar, em hipótese alguma pelas disputas eleitorais que porventura possam existir. O povo tem que ser respeitado.

Como disse V. Exa. quando um projeto entra e é aprovado por esta Casa, simplesmente é vetado e volta com Mensagem do governo, quer dizer, para que não se dê ou não se tente dar autoria infelizmente, que em determinados momentos, o desespero político de alguns faz com que essas medidas retaliatórias sejam tomadas. Isso me entristece muito, porque sempre na figura do governador Jaime Lerner, a figura de um estadista, alguém que queria governar efetivamente o Paraná para todos e não para alguns.

Confesso que quando escuto isso, fico muito revoltado, porque o povo de Guarapuava, há muitos anos vem pedindo e clamando por esse trabalho. Sabemos da necessidade de que isso seja implantado e as coisas tomam uma conotação política. Olhem, é lamentável que isto ocorra num Estado do Sul do Brasil e no nosso Paraná, que achávamos que era um Estado adiantado, um Estado politizado no sentido mais amplo da palavra "política", e era um Estado que deveria trilhar outros caminhos que não este da Oligarquia, não esse caminho do Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Faço um apelo aos senhores deputados.

**O SR. CEZAR SILVESTRI**

Concedo a palavra, em aparte, ao deputado Fernando Ribas Carli.

**O Sr. Fernando Ribas Carli**

Queria, a bem da verdade, esclarecer os fatos.

Temos conhecimento do trabalho do deputado Silvestri na questão do credenciamento do serviço de Hemodinâmica do Hospital São Vicente de Paula, hospital de caridade, sem fins lucrativos, uma instituição tradicional de Guarapuava.

Nós estamos trabalhando nesse sentido e quero deixar uma coisa bem clara: os recursos não são do governo do Estado do Paraná, são do SUS.

O que demanda esses recursos? É um atendimento de alto custo, como é o tratamento para os portadores de câncer, por exemplo, serviços de radioterapia, de quimioterapia. Outro serviço de alto custo, o trabalho que fazem

os médicos na questão do rim, quando temos os atendimentos que são pagos pelo SUS, que são de alto custo, em que os pacientes recebem os medicamentos em sua casa para fazer a diálise peritonial ou vão fazer a hemodiálise nos hospitais credenciados.

Eu já me empenhei nessa luta. Estive reunido com a provedoria do Hospital São Vicente.

A liberação dos recursos não é do governo do Estado, é do governo federal, e existem as prioridades. quem elege as prioridades é a Comissão tripartite que resolve a questão dos recursos. Estamos fazendo todo o empenho.

O governador Jaime Lerner, está empenhado nesse sentido. Depende de recursos federais. Não é o secretário Ingo Hübert, não é o governador Jaime Lerner, deputado Isfer, que no seu aparte disse que o governador está discriminando por questões políticas. Não! Não! Vamos restabelecer a verdade. O governador tem se empenhado no sentido de dotar Guarapuava com o Serviço de Hemodinâmica.

A verdade é uma só. A fonte de recursos, que destina recursos é o SUS e ele tem prioridades dentro dos atendimentos de alto custo. A hemodinâmica é um trabalho de alto custo como são os outros que já citei.

Quero dizer que estou irmanado nessa luta, que estamos trabalhando e tivemos diversas reuniões com a equipe da Secretaria da Saúde e já empenhamos o nosso trabalho junto ao ex-secretário Armando Raggio, que está trabalhando em Brasília com o diretor geral da Secretaria da Saúde, que é o doutor Renée, que hoje trabalha e assessora em Brasília este grupo, só que os recursos dependem da liberação federal.

Agradeço pelo aparte e gostaria que, para quaisquer outros esclarecimentos, estou à disposição, como estou trabalhando no sentido de nós viabilizarmos para Guarapuava, porque quero dizer aos senhores, sendo profissional da área da saúde, sei da necessidade e conheço a importância de termos um serviço de Hemodinâmica em Guarapuava, que não atenderá somente a Guarapuava, mas a toda a região Centro-Oeste do Estado.

Obrigado pelo aparte.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Deputado Cezar Silvestri, gostaria que V. Exa. fosse condescendente com 30 segundos.

Solicito um aparte, porque nada melhor que um dia após o outro.

Gostaria de apartear em função das palavras do deputado Fernando Ribas Carli.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo um minuto. Vou ser rigoroso.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

V. Exa. tem conhecimento do SUS porque é um funcionário público, trabalha na área, conhece os problemas relativos à saúde do nosso Estado.

Vejo V. Exa. subir à tribuna da Assembléia nesses últimos 30, 40 dias e em diversas vezes, V. Exa. fez algumas comparações a respeito da administração do Estado do Paraná, com o PIB, com a Receita, com o orçamento, com o desenvolvimento, com o “ranking” do Paraná em comparação com o Estado do Rio Grande do Sul.

Quero dizer que V. Exa. pode estar um pouco enganado, porque é verdade que o dinheiro pode ser do SUS, mas é verdade também que o dinheiro pode ser das receitas próprias do Estado do Paraná.

O senhor, se fizesse um pouco de comparação a respeito dos gastos com saúde no Estado do Rio Grande do Sul, e comparasse com o Estado do Paraná, V. Exa. iria correndo bater na porta do governador Jaime Lerner e do secretário Armando Raggio, porque aqui no Paraná, apenas três por cento do orçamento próprio, são investidos na área da saúde, enquanto que no Rio Grande do Sul, 11% dos recursos próprios do Estado são destinados à área de saúde pública.

Então, quando o Secretário das Finanças, Ingo Hübert vem a esta Casa e diz que recursos há, é claro que o deputado Cezar Silvestri, e as comunidades que sofrem os problemas de saúde na cidade de Guarapuava, têm todo o direito de não reivindicar 11%, mas reivindicar que o Estado do Paraná tenha 1% a mais aplicado no orçamento que os deputados aprovam aqui, para que os idosos e os carentes não tenham que recorrer, mendigando a deputados estaduais para que tenham hemodiálise lá em Guarapuava.

Por isso, gostaria de recomendar a V. Exa.: quer fazer uma comparação entre o Estado do Paraná e quer saber se podemos aplicar recursos próprios no Estado do Paraná, na saúde? Podemos! A constituição nos garante que podemos simplesmente fazer o convênio e credenciar o hospital com recursos próprios.

Era este o aparte que eu tinha a fazer ao deputado Ribas Carli.

#### **O SR. CEZAR SILVESTRI**

Agradeço ao aparte dos deputados e quero, de antemão, agradecer ao empenho do deputado Fernando Ribas Carli, e dizer o seguinte: mesmo que o recurso seja do governo federal, V. Exa. sabe que o secretário da Saúde tem um peso muito forte no conselho bipartite. E isto vem sendo prorrogado desde agosto, setembro, do ano passado. Mais precisamente desde o mês de julho do ano passado, que a cada mês que existe a reunião, joga-se para o mês seguinte. E eu acredito de que se houver o empenho pessoal do governador, da Assembléia Legislativa e do secretário de Estado - porque os recursos do Governo Federal, quem faz a distribuição é o secretário estadual da Saúde - e se houver esse empenho, nós vamos conseguir o serviço.

Conto com sua ajuda. Agradeço em nome do povo de Guarapuava o seu empenho e digo mais: acredito que se todos nós tivermos o desprendimento, como alguns deputados já mostraram, que têm, eu citei o caso do pre-

sidente da Casa, deputado Hermas Brandão, apesar de Guarapuava não ser sua região, em todas as ocasiões que nós solicitamos apoio para aquele hospital e mostramos a causa, de uma forma ou de outra ele procurou nos auxiliar, não somente o deputado Hermas Brandão, como também o deputado Nelson Justus, como o deputado Anibal Khury, enfim, a Casa se mostrou sensível.

Vamos, realmente somar esforços.

O intuito do meu pronunciamento é neste sentido, porque realmente a população de Guarapuava, e da região Centro-Oeste não pode se privar desse atendimento médico.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. fez menção à Assembléia e é preciso ressaltar que a Assembléia participou ativamente na ajuda para aquisição dos equipamentos para que pudesse ser instalada essa unidade coronária lá em Guarapuava. É a participação de todos os parlamentares desta Casa. Não é a participação individual de nenhum parlamentar. É a participação da Assembléia Legislativa.

**O SR. CEZAR SILVESTRI**

Quando citei os presidentes, é lógico que citei os presidentes que representam a todos nós, deputados.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, em função do rápido mas contundente pronunciamento do ilustre deputado Ângelo Vanhoni, que queria dizer a ele que conheço bem esta questão de Constituição, de aplicação dos recursos na área da saúde, porque, sendo um profissional da saúde, quando tive oportunidade de estar à frente do Executivo, destinei um percentual bem mais elevado do que o senhor se referiu, à área de saúde do meu município.

E é em função disto que queria lhe dizer: não é só o Estado, nobre presidente, que pode aplicar mais em saúde. Os municípios não só podem como devem aplicar mais recursos na saúde. Eu vejo municípios como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, que são administrados pelo mesmo Partido que o Rio Grande do Sul, e não aplicam recursos na saúde. E nós temos problemas, naqueles hospitais, por falta de recursos.

O que acontece nobre deputado Vanhoni, é que nós não podemos tirar recursos de uma esfera de governo quando esses recursos tem que vir de outra esfera.

Nós temos que arrancar do Governo Federal, os recursos. Precisamos das nossas bancadas, dos nossos senadores, que são os legítimos representantes do Estado junto à federação, para que consigam mais recursos do SUS para nosso Estado, e não ficarmos onerando mais os Estados e os municípios levando recursos para uma área onde o governo federal não faz o devido provimento.

Concordo plenamente com o senhor. Quando fui prefeito de Guarapuava, teve um ano que gastamos 15% em saúde, porque sei, conheço da necessidade da população na questão da saúde, mas não podemos abrir mão de

um direito que o Paraná tem, de conseguir esses recursos do SUS.

Temos que trazer do governo federal.

Só para este esclarecimento.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há mais quem queira fazer uso da palavra.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 deputados.

**O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu quando falava, V. Exa. se não me engano, dava entrevista - eu falava das ações desta Casa e das prerrogativas da Assembléia Legislativa.

Eu ouvi um comentário no início desta Sessão que a Assembléia Legislativa estava sendo acusada que o aumento dos profissionais de escolas de ensino superior do Estado do Paraná não seria dado neste mês porque a Assembléia Legislativa não votou mensagem do governo.

Então, mais uma vez a Assembléia Legislativa paga pelo que não deve.

Eu pediria a V. Exa. que respondesse a esses setores, e quando chegou essa mensagem na Casa, porque de repente fica a história, ficou 2 meses, vinte dias, 15 dias e o governo, mais uma vez, lava as mãos e joga a culpa na Assembléia, como tem feito muitas vezes.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero informar aos senhores parlamentares, à imprensa, aos convidados, que a mensagem chegou na Casa às 14h32m de hoje.

Sobre a mesa, mensagem nº 009/2002, subscrita pelo Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar as tabelas de vencimentos de Docentes e Técnicos-Administrativos das Instituições Estaduais de Ensino Superior - Anexos I e IV, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitas de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que altera os artigos 1º, seu parágrafo único, e 3º da Lei nº 12204, de 06 de julho de 1998. (Substituição da frota oficial do Estado). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 101/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º e respectivo parágrafo único, da Lei nº 12.204, de 06 de julho de 1998, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Qualquer aquisição ou substituição de unidades automotivas para uso oficial poderá ser realizada por veículos movidos a combustíveis renováveis, ou por veículos movidos a combustíveis derivados de petróleo, produzidos no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O prazo para substituição integral da frota oficial de veículos leves por veículos movidos a combustíveis renováveis e derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná e de 05 (cinco) anos”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.03.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 569/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná - Aciapar, com sede no município de Pontal do Paraná e foro na comarca de Paranaguá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 569/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator

### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que obriga as empresas de transportes coletivos intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector de metais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2000, de autoria do deputado Luiz Fenandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar programa de incentivo à agricultura paranaense e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento clínico e odontológico gratuito para os estudantes das escolas da rede pública estadual de ensino do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTICO DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que incorpora ao currículo da rede estadual de ensino de 1º grau a área de conhecimento “Cidade-Cidadania”. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM PARECER CONTRÁRIO



DA CECE. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que revoga a Lei nº 7826, de 29 de dezembro de 1983, que alterou o Código da Polícia Militar do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa pelos serviços de religação dos serviços públicos de saneamento e de energia elétrica, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que estabelece passe livre às pessoas portadoras de deficiência nos transportes coletivos intermunicipais do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. ANEXO PROJETO DE LEI 456/2001 e 466/2001.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 600, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) Sessões, e que o mesmo seja remetido à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações para discussão e emissão de parecer, sendo que os Projetos nºs 456 e 466/2001, já se encontram na citada, para análise. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 184/2001.

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2002, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Orlando Pessuti, que dispõe sobre a obrigatoriedade da informação nos rótulos das embalagens de café, da percentagem de cada espécie vegetal de cafés torrados, moídos e solúveis que compõem o produto, comercializado no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial, Agrícola, de serviços e profissionais de Ibiporã, com sede e foro naquela cidade, no Estado do Paraná. COM PARE-

CER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que cria exigências mínimas de qualidade nas licitações do Estado para a compra do café torrado e moído consumido nas repartições públicas do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 193/2001, de 11/12/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 701/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Nelson Garcia, cria exigências mínimas de qualidade nas licitações do Estado do Paraná para a compra do café torrado e moído consumido nas repartições públicas do Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que o referido projeto de lei obteve apoio por parte dos órgãos estaduais ligados à agricultura, tais como, Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento e Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar, salientando que várias portarias federais referentes à proteção e defesa da saúde, vêm de encontro aos objetivos da matéria em tela.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica Fundão, situada no Rio Jordão, na divisa dos municípios de Pinhão e Foz do Jordão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 24/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, autoriza a construção da Usina Hidrelétrica Fundão, situada no Rio Jordão na divisa dos municípios de Pinhão e Foz do Jordão.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela, vem dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 24/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, autoriza a construção da Usina Hidrelétrica Fundão, situada no Rio Jordão na divisa dos municípios de Pinhã e Foz do Jordão.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável, da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação. No entanto sugerimos o encaminhamento da matéria para parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente que irá analisar a documentação exigida pela legislação em vigor.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 24/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar a construção da Usina Hidrelétrica Fundão, situada no Rio Jordão na divisa dos municípios de Pinhã e Foz do Jordão.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a se manifestar, e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica Santa Clara, situada no Rio Jordão, na divisa dos municípios de Candói e Pinhã. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 25/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, autoriza a construção da Usina Hidrelétrica Santa Clara, situada no Rio Jordão na divisa dos municípios de Candói e Pinhã.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela, vem dar cumprimento ao artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 25/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, autoriza a construção da Usina Hidrelétrica Santa Clara, situada no Rio Jordão na divisa dos municípios de Candói e Pinhã.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável, da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação. No entanto sugerimos o encaminhamento da matéria para parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente que irá analisar a documentação exigida pela legislação em vigor.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 25/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar a construção da Usina Hidrelétrica Santa Clara, situada no Rio Jordão na divisa dos municípios de Candói e Pinhã.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a se manifestar, e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública, o Clube Anos Dourados, com sede e foro no município de Andirá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 010/2002, de 05.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 080/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube Anos Dourados, com sede e foro no município de Andirá.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.03.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes "Litro", que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Nova Prata do Iguaçu, com sede no município de Nova Prata do Iguaçu e foro no município de Salto do Lontra. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 015/2002, de 11.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 100/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Nova Prata do Iguaçu e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
AO PROJETO DE LEI Nº 100/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

do município de Nova Prata do Iguaçu, com sede no município de Nova Prata do Iguaçu, e foro no município de Salto do Lontra.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.03.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2002, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Aqüicultores de Maripá - Aqüimap- com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 015/2002, de 11.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 101/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Aqüicultores de Maripá - Aqüimap- com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.03.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 556, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Em discussão.**

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Para discutir, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 562, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 583, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 591 e 592 de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 607, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Será no horário normal das Sessões, às 14h30m e será realizada no Plenarinho, por questões de segurança.

Requerimentos nºs 557 a 559, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 560 a 561, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 563 e 564, de autoria do deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 568, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 570, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 571, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 575, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, tendo como presidente o deputado Orlando Pessuti e como relator o deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 577, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 578, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 579, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 580, de autoria do deputado Caíto Quintana, com apoio do deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 581, de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 585 a 589, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 593 e 594, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 595 e 603, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 596, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 598, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 599, de autoria dos deputados Marcos Isfer, Durval Amaral, Edno Guimarães, Nereu Moura e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 601, de autoria dos deputados Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Irineu Colombo e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

Requerimento nº 602, de autoria do deputado Orlando Pessuti, com apoio dos deputados Nereu Moura, Cezar Silvestri, Ademir Bier, Nelson Justus, Augustinho Zucchi e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 606, de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 523, de autoria do deputado Edson Strapasson, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Na verdade, este requerimento foi pedido discussão ontem, teve sua discussão adiada. Nós aqui solicitamos apenas uma informação básica, no sentido para saber dentro daquela lei que foi aprovada na Assem-

bléia no ano passado, quanto à redistribuição do salário, da cota estadual do salário-educação, para avaliarmos quanto efetivamente foi, existia uma previsão de repasse aos municípios. E gostaríamos de saber quanto foi repassado aos municípios do Paraná, para, desta cota em cima de uma lei que foi por esta Casa aprovada, conforme regulamentação de uma Lei Federal existente.

Evidentemente nós aqui pedimos, e creio e peço aos senhores deputados que votem favoravelmente, até porque é uma coisa que jamais, creio eu, qualquer deputado tivesse qualquer preocupação que o governo não pudesse explicar.

Com certeza, é um requerimento simples, de informação, e que não vejo como esta Casa poderá negar a sua informação.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Edson Strapasson, queiram levantar-se.

Dezesseis senhores deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito senhores deputados rejeitam.

**Está rejeitado o requerimento.**

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente Sessão, avisando aos senhores parlamentares que teremos mais três ou quatro Sessões ainda hoje. Peço que não se retirem do Plenário.

Faço uma solicitação toda especial, porque a Sessão de amanhã será substituída por uma Sessão hoje.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero confirmar com V. Exa. se amanhã será destinado um dia para as comissões.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós faremos as Sessões hoje, mas nada impede das comissões estarem reunidas amanhã.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Porque amanhã, às 9h30min, tem uma reunião da Comissão de Educação. Os deputados da Comissão de Educação, a maioria está em Curitiba.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Por uma falha da Presidência, havia um Requerimento nº 608 do deputado Cezar Silvestri solicitando apoio dos senhores parlamentares, dirigido ao secretário da Saúde, solicitando credenciamento do Hospital São Vicente de Paula de Guarapuava.

Senhores deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 1º, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei nºs 403, 641/2001; 023 e 088/2002.

**3ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 470/99.

**2ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 216, 293/2000; 020, 157, 351, 621, 678 e 701/2001; 080, 100 e 101/2002.

**1ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 041 e 141/2002 e do Projeto de Resolução nº 003/2002.

Levanta-se a Sessão.